



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**EM CULTURA E SOCIEDADE**

**CLEBER SOUZA MENESES**

**PONTOS DE CULTURA: UMA INFLEXÃO NA POLÍTICA**  
**CULTURAL BRASILEIRA?**

Salvador  
2013

**CLEBER SOUZA MENESES**

**PONTOS DE CULTURA: UMA INFLEXÃO NA POLÍTICA  
CULTURAL BRASILEIRA?**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dr. Paulo César Miguez de Oliveira

Salvador  
2013

M543

Meneses, Cleber Souza,  
Pontos de cultura: uma inflexão na política cultural brasileira?/  
por Cleber Souza Meneses.- 2014.  
111.f

Orientador : Dr. Paulo César Miguez de Oliveira  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos.

1. Políticas culturais. 2. Bahia. Secretária de Cultura. I.  
Universidade Federal da Bahia.

CDU 304.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURA & SOCIEDADE

**CLÉBER SOUZA MENESES**  
**"PONTOS DE CULTURA: UMA INFLEXÃO NA POLÍTICA  
CULTURAL BRASILEIRA?"**

Dissertação apresentada no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento em 05 de novembro de 2013, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

**Prof. Dr. Paulo Miguez**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela M. M. de Andrade**

**Prof. Dr. José Roberto Severino**

*"Os eruditos são aqueles que leram nos livros; mas os pensadores, os gênios, os iluminadores do mundo e os promotores do gênero humano são aqueles que leram diretamente no livro do mundo." (Shopenhauer)*

## **AGRADECIMENTOS**

A toda minha família, que sempre depositou toda credibilidade em mim, apoiando-me, impulsionando-me e fazendo-me acreditar que é possível;

A Secult-BA que me despertou o interesse em me aprofundar mais sobre o objeto dessa pesquisa, durante minha passagem nessa instituição desenvolvendo a função de Representante Territorial de Cultura, onde tínhamos com inspiração o trabalho de Ângela Andrade.

Aos amigos Rafael Fontes e Ana Rita que me incentivaram em voltar à vida acadêmica, apresentando contextos e cenários, compartilhando anseios e vitórias, perspectivas e sonhos e demonstrando que o mais difícil para vencer nessa jornada eu já tinha: força de vontade;

À FAPESB, Fundação de Amparo a Pesquisa, pelo investimento financeiro que me possibilitou maior dedicação exclusiva a esta pesquisa. Mais que o apoio econômico, essa instituição representa um incentivo ao desenvolvimento de estudos importantes de grandíssima contribuição para o conhecimento humano;

Aos membros da banca examinadora, que aceitaram participar da avaliação desta dissertação, contribuindo com suas experiências e conhecimentos para o aperfeiçoamento deste trabalho. Agradeço desde já cada sugestão que será recebida no momento da defesa;

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Miguez que dividiu comigo os anseios, as carências, as dúvidas e as aflições e que não me permitiu desistir dessa pesquisa, quando em um momento de desespero, cheguei a pensar que não seria capaz;

Aos pontos de cultura do litoral sul, Márcio Meirelles, Sophia Rocha e Cláudia Vasconcellos e sua equipe, que me concederam entrevistas que ajudaram a comprovar e qualificar muitas deduções que os números traziam friamente.

## **RESUMO**

Esta dissertação investigou os Pontos de Cultura do Território de Identidade Litoral Sul conveniados com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia entre 2008 e 2009 com o objetivo de compreender a questão da democratização da cultura a partir das políticas culturais postas em marcha pelo Estado em relação aos Territórios de Identidade da Bahia.

**Palavras-Chave:** Programas governamentais, Pontos de Cultura; Políticas Culturais; Mais Cultura.

## ABSTRACT

This dissertation investigated “Pontos de Cultura”, which signed the covenant directly with the Bahia’s State Secretary of Culture between 2008 and 2009, and are located at the South Coast identity territory in the state. The objective of this essay is to understand the culture democratization from the public policies set in motion by Bahia State Government in relation to Bahia’s Identity Territories.

**Keywords:** Programs governmental; Culture Points, Cultural Politics, Culture More.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Instituições culturais da gestão de Getúlio Vargas (1930-1945) .....	20
TABELA 2- Secretarias às quais a cultura esteve subordinada .....	20
TABELA 3 - Programa Cultura Viva e suas ações .....	46
TABELA 4 - Execução Financeira dos Programas do Minc (2008, 2009 e 2010)	53
TABELA 5 - Demonstrativo Orçamentário do Programa Cultura Viva de 2004 – 2011.....	54
TABELA 6 - Ações do Programa Mais Cultura.....	58
TABELA 7 - Distribuição dos Pontos de Cultura – Litoral Sul .....	73
TABELA 8 - Proponentes dos Pontos de Cultura e atividades propostas - Litoral Sul .....	74
TABELA 9 - Repasse de recursos dos Pontos de Cultura do Litoral Sul .....	80
TABELA 10 - Etapas para o repasse de recursos.....	83
TABELA 11- Panorama do repasse dos recursos dos Pontos do Litoral Sul .....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais  
ADIMCBA - Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura  
CCPI - Centro de Culturas Populares e Identitárias  
CEALNOR – Centro Agroecológico do Litoral Norte  
CEAO – Centro de Estudos Afro Orientais  
CEC – Conselho Estadual de Cultura  
CEPLAC – Comissão Executiva Plano da Lavoura Cacaueira  
CET – Conselho Estadual dos Territórios  
CETA – Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados  
CFA - Centro de Formação em Artes  
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural  
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DAC - Departamento de Assuntos Culturais  
DCC – Diretoria de Cidadania Cultural  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agrária  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FPC – Fundação Pedro Calmon  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
FUNCEB– Fundação Cultural do Estado da Bahia  
FUNDIFRAN – Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IRDEB – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia  
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

MAM – Museu de Arte Moderna  
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MEC – Ministério da Educação  
MinC - Ministério da Cultura  
MLT – Movimento de Luta pela Terra  
MOC – Movimento de Organização Comunitária  
MST – Movimento dos trabalhadores Sem Terra  
PNC – Plano Nacional de Cultura  
PPA – Plano Plurianual  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RTC – Representante Territorial de Cultura  
SASOP – serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais  
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SECULT - Secretaria de Cultura do Estado da Bahia  
SEI – Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia  
SFC – Sistema Federal de Cultura  
SNC - Sistema Nacional de Cultura  
SPPC - Secretaria de Programas e Projetos Culturais  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
SUDECULT – Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura  
TCA – Teatro Castro Alves  
TEIA – Encontro dos Pontos de Cultura  
UFBA – Universidade Federal do Estado da Bahia  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS**

FIGURA 1 - Organograma de 2007 a 2010 .....	<b>34</b>
FIGURA 2 - Novo organograma .....	<b>41</b>
FIGURA 3 - Foco de atuação do Mais Cultura .....	<b>57</b>
FIGURA 4 - Mapa dos Territórios de Identidade .....	<b>68</b>
FIGURA 5 - Mapa do Território Litoral Sul .....	<b>72</b>
GRÁFICO 1 – Atuação da entidade na área cultural antes do convênio.....	<b>76</b>
GRÁFICO 2 - Quantidade de Pontos de Cultura que possuem sede própria .....	<b>76</b>
GRÁFICO 3 - Quem desenvolve a prestação de contas do convênio.....	<b>77</b>
GRÁFICO 4 - Quantos entrevistados consideram um agravante não poder contratar um profissional técnico (contador, administrador, economista, etc.) para realizar o processo de gestão e prestação de contas do convênio .....	<b>77</b>
GRÁFICO 5 - Atraso no repasse de alguma parcela dos recursos .....	<b>78</b>
GRÁFICO 6 – Quantos pontos se sentiram estimulados a concorrer em novos editais.....	<b>78</b>
GRÁFICO 7 – Proponentes que foram aprovados em mais algum edital da área cultural após torna-se Ponto de Cultura.....	<b>79</b>
GRÁFICO 8 – Proponentes que já havia trabalhado com recursos públicos antes do edital de Pontos de Cultura .....	<b>79</b>
GRÁFICO 9 - A situação atual dos Pontos do Litoral Sul .....	<b>85</b>
GRÁFICO 10 - A avaliação do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura por parte dos proponentes .....	<b>88</b>
GRÁFICO 11 – Avaliação do convênio com a Secult-Ba pelos proponentes .....	<b>90</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1- A ORGANIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL E NA BAHIA.....	18
1.1 A institucionalização da cultura no âmbito federal .....	19
1.2 O MINC de ontem e de hoje .....	23
1.3 A institucionalização da cultura na Bahia .....	28
1.4 Ações políticas relevantes para a cultura na Bahia .....	29
1.5 A Secult de hoje: estrutura, programas e ações.....	33
1.5.1 Sistema dos Cinco “D” .....	36
1.5.2 A Secult a partir de 2011 .....	40
1.5.3 Programas e ações da Secult – 2007 à 2010.....	42
1.5.4 Programas e ações da Secult – 2011 à 2012.....	45
CAPÍTULO 2- O PROGRAMA CULTURA VIVA E O MAIS CULTURA.....	46
2.1 Cultura Viva: um programa sob a ótica da dimensão ampliada da cultura .....	46
2.2 Mais Cultura – o PAC da cultura .....	55
2.3 De Ponto em Ponto redescobre-se o Brasil.....	60
2.4 Território de Identidade: um novo olhar da Bahia.....	63
CAPÍTULO 3- PONTOS DE CULTURA DO LITORAL SUL .....	71
3.1 Perfil do Território de Identidade Litoral Sul.....	71
3.2 Caracterização dos Pontos de Cultura do Litoral Sul.....	73
3.3 Narrativas e contextos.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	96
REFERÊNCIAS .....	103
ANEXOS.....	108

## INTRODUÇÃO

O meu interesse pelas políticas públicas culturais tem início no ano de 2008, quando passei a atuar como Representante Territorial de Cultura, pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult). Foi quando eu me aproximei e passei a vivenciar a construção, as discussões e o fomento da cultura baiana através dessa organização por territórios. Foi um momento intrigante, pois deixei de ser sociedade civil e produtor cultural para ser servidor estatal, provocando mudanças em meus posicionamentos, porém, os ideais se mantiveram intactos: o de poder construir um cenário mais justo para todos os atores sociais que desenvolvem ações culturais no seu sentido mais amplo.

Durante o período que desenvolvi esta função, que tinha como principal finalidade promover um diálogo com os diversos atores da sociedade civil e dos poderes públicos municipais, eu fui me apropriando do discurso da Superintendência de Cultura e aperfeiçoando-me, perante as diversas capacitações oferecidas pela Secult, permitindo-me promover uma dinamização no setor cultural no Território do Sisal, região onde eu atuava e que é composto por 20 municípios no semiárido baiano.

Minha formação em ciências econômicas possibilitou uma facilidade maior para o planejamento e criar estratégias de ação nesta função, bem como minha experiência enquanto produtor cultural, tendo em vista que se tratava de um cargo novo e que ainda não possuía uma formatação definida, mas tinha um objetivo: promover a descentralização das ações da Secult, promovendo uma aproximação da sociedade civil e poder público municipal através de um processo de escuta e diálogo em reuniões, fóruns, conferências, videoconferências e reflexões sobre as questões locais de cada região, possibilitando à Secult reconhecer a diversidade cultural que a Bahia possui para subsidiar suas ações de uma forma mais ampla e que atendesse, dentro do possível, as peculiaridades de cada região.

Neste processo, apoiei a constituição de sistemas municipais, conselhos e planos de cultura; além de fomentar e estimular a criação da rede de dirigentes municipais de cultura e dos pontos de cultura do Território do Sisal. Outro fato relevante foi a participação na reformulação do Grupo de Trabalho – GT de

Cultura do Conselho de Desenvolvimento Sustentável – CODES do Território do Sisal, que possibilitava uma aproximação e intercâmbio entre os municípios e refletir sobre estratégias comuns a todos, tendo como fruto desta ação a construção do Plano Territorial de Cultura do Sisal, já sistematizado, porém ainda não publicado.

Nesse mesmo período, tive a oportunidade de participar do curso piloto de Formação de Gestores Culturais, promovido pelo Ministério da Cultura, o SESC-SP e a Secult-BA, um espaço que permitiu me aprofundar ainda mais sobre as políticas culturais e compartilhar das experiências de gestão dos secretários de cultura que participavam do curso e das pesquisas de professores renomados e reconhecidos no cenário cultural, tais como: Lia Calabre, Lena Cunha, Paulo Miguez, Albino Rubim, Isaura Botelho, Cláudia Leitão, Alexandre Barbalho, Roberto Peixe, dentre outros. Este curso foi um divisor de águas para mim, tendo em vista que foi o que me motivou a retornar à academia para pesquisar sobre a política cultural contemporânea.

Aliado a todo conhecimento teórico que vinha tendo acesso, a minha função de Representante Territorial possibilitava-me perceber os gargalos das políticas públicas da cultura, pois acompanhava de perto o seu processo de implantação. Sendo um instrumento de escuta dos atores sociais sobre esses problemas, fui motivado a trazer para academia a reflexão sobre um dos principais problemas identificados, a gestão e os entraves burocráticos dos conveniamentos entre o Estado e a sociedade civil, com um recorte para a ação Pontos de Cultura.

Sendo assim, nessa pesquisa, as entidades da sociedade civil dos municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itabuna e Itacaré que foram contempladas no primeiro edital de Pontos de Cultura realizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Secult no ano de 2008 e que fazem parte do Território de Identidade Litoral Sul foram analisadas.

A dissertação está dividida em três capítulos e considerações finais:

- Capítulo I - A organização e institucionalização da cultura no Brasil e na Bahia;
- Cap. II - O Programa Cultura Viva e o Mais Cultura;
- Capítulo III - Pontos de Cultura do Litoral Sul

- Considerações Finais.

No Capítulo I veremos como se deu a organização e institucionalização da cultura no Brasil e na Bahia, traçando o histórico da organização pública da cultura na esfera federal e estadual, na perspectiva de compreender como a construção das políticas culturais e seu processo de sedimentação são precários e cheios de percalços, passando por momentos de ausência, retrocesso e fragilidade institucional, que demonstra o quanto o Brasil ainda precisa avançar para legitimar a cultura como um vetor de desenvolvimento e ter maior centralidade no contexto político.

A política pública cultural, considerando-se aqui a escolha de uma gestão pública sobre o que fazer ou não fazer para o desenvolvimento do setor cultural, em um primeiro momento, introduz uma perspectiva tradicional de cultura, onde esta é vista como atividade do espírito, como unidade de consciência e autoconhecimento humano. Bem lentamente, ocorre uma ampliação desta concepção, a qual passa a ser relacionada com todo o processo histórico, em seus elementos políticos, sociais e econômicos, saindo da concepção restrita e passando para concepção ampliada da cultura, como é percebida pela gestão contemporânea. Esta concepção da cultura também já esteve presente na gestão de Mário de Andrade, quando dirigiu o departamento de cultura da cidade de São Paulo, e com Aloísio Magalhães, que esteve à frente da secretaria de cultura do MEC.

Adotar esse conceito de cultura ampliada, nos leva a uma dimensão que possibilita o acionamento da lógica da transversalidade e institui uma política cultural que enfatiza, além das artes consagradas, toda a gama de expressões que caracterizam a diversidade cultural brasileira e amplia os horizontes de abordagem da cultura, não mais só como uma expressão artística, mas como uma expressão do ser humano.

Então, para entender um pouco mais sobre as dimensões da cultura, no transcorrer desta pesquisa utilizarei a categorização feita pelo sociólogo chileno José Joaquín Brunner, apresentada no artigo<sup>1</sup> de Isaura Botelho que promove

---

<sup>1</sup> BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo, Perspectiva: 2001.

um diálogo e apresenta a distinção entre a dimensão ampliada (antropológica) e a restrita (sociológica), mas que, no caso de minha pesquisa, irei assumir apenas a nomenclatura de ampliada e restrita para as dimensões. Sobre a dimensão ampliada considera-se que:

[...] a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, onde estes elaboram seus modos de pensar e sentir, seus valores, e encontram um espaço para a construção e manejo de suas identidades e de suas diferenças. Neste plano, pode-se dizer que a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz tanto em nível simbólico quanto material. Ele é também essencialmente o espaço da qualidade de vida e do exercício da cidadania. (BOTELHO, 2001 p. 74)

Nesta perspectiva, entende-se a cultura como algo além das expressões artísticas, como o todo social, como o conjunto de ações humanas que compõe o cotidiano, os hábitos, os costumes, as relações de gênero, as regionalizações, enfim, como a sociedade se relaciona tanto com o simbólico quanto com os elementos materiais que estão a sua volta.

[...] a Dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. (BOTELHO, 2001 p. 74)

Nessa dimensão mais restrita pode-se dizer que ela se resume ao campo das artes, com suas demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas específicas, sendo a dimensão mais palpável para se criar políticas públicas.

No Capítulo II, trato do Programa Cultura Viva com foco nos Pontos de Cultura, reconhecendo a sua dinamização com a implantação do Programa Mais Cultura e a estratégia de desenvolvimento da gestão institucional da cultura do Estado da Bahia sob a ótica dos Territórios de Identidade.

O Ponto de Cultura é uma das ações prioritárias do Programa Cultura Viva e traz em seu íntimo a concepção ampliada da cultura, uma vez que tem como principal característica não possuir um modelo único, nem de instalações

físicas, nem de programação ou atividade, possibilitando o desenvolvimento das culturas pelos seus principais atores, as comunidades. A partir desse processo de não homogeneidade, apoia e potencializa ações que já vinham sendo desenvolvidas e que não se restringe apenas às linguagens artísticas. Acontece um grande despertar para a diversidade cultural que por muito tempo nos era invisível.

Considera-se que o Mais Cultura veio reforçar a política de descentralização e democratização da Secult, desmembrada da Secretaria de Turismo - Setur em 2007, que passou a ter mais autonomia e adotou a divisão do Estado da Bahia em Territórios de Identidade, que é uma forma de regionalização espacial baseada nas características socioeconômicas, políticas, culturais e geoambientais, resultante do agrupamento de municípios e associada ao sentimento de pertencimento da população, com o propósito de facilitar o planejamento estratégico de suas ações.

Esta regionalização espacial adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – Seplan e assimilada pela Secult, serviu para criar cotas e permitir que toda a Bahia tivesse oportunidade de ser contemplada com suas ações, seguindo as premissas de descentralização, democratização, cidadania e desenvolvimento.

Já no Capítulo III é abordado o recorte desta pesquisa, que são os Pontos de Cultura do Território de Identidade Litoral Sul, podendo reconhecer onde estão situados e quais as principais ações idealizadas por essas entidades participantes do Programa, além de perceber de que forma os entraves burocráticos tem impactado sob os prazos e a credibilidade desta política de fomento da cultura. Apesar de ser um recorte pequeno diante do conjunto nacional e até comparado ao cenário estadual, temos uma representação muito próxima da situação geral.

Neste capítulo recorro às narrativas dos gestores do Programa na Secult e dos proponentes dos pontos do Litoral Sul, com a perspectiva de dar voz aos atores sociais, percebendo como se dá a execução do Programa e como é percebido por estas pessoas, o desenvolvimento do convênio e as dificuldades enfrentadas por cada um para executar o seu papel.

O resultado é um retrato instantâneo da gestão do Programa Cultura Viva no âmbito estadual, considerando-se a incipiência da constituição da Secult enquanto secretaria exclusiva e do Programa Cultura Viva/Mais Cultura. Uma tentativa de demonstrar que um processo de inovação e quebra de paradigmas, traz consigo uma série de entraves no relacionamento do Estado com a sociedade por meio das políticas públicas.

## **CAPÍTULO I - A ORGANIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL E NA BAHIA**

A princípio se faz necessário compreender o que se entende por institucionalização e adotando esse conceito, delimitaremos este capítulo para traçar o histórico da organização pública da cultura no Brasil e na Bahia.

Para Prates (2000 p. 91), o termo traduz “a ideia de valores e normas sociais estáveis que impõem restrições a alternativas de ação e estabelecem ‘scripts’ e rotinas comportamentais adequadas a contextos específicos de interação social”. O autor então nos faz refletir que a institucionalização é um processo de organização e legitimação, através da criação de leis regulatórias, decretos, e portarias, que normatizam o contexto social, o que reduz as incertezas na interação entre sociedade e Estado e transforma o setor institucionalizado em um ambiente estável, uma vez que as ações passam a ter direitos e deveres, bem como beneficiários e executores (instituições que são criadas para programar essas novas normas).

Sendo assim, considerando a definição de Selznick que reforça a interpretação do termo institucionalização defendido por Prates:

Institucionalização é um processo. (...) o grau de institucionalização depende da proteção que existe para a interação pessoal com o grupo. Quanto mais precisa for a finalidade de uma organização e quanto mais especializadas e técnicas as suas operações, menores chances haverá de forças sociais afetarem seu desenvolvimento. (SELZNICK, 1971, p.14).

É nesse interim de idas e vindas que o setor cultural viveu, para estabelecer as suas instituições públicas culturais na esfera Federal e Estadual e

poder formular as diretrizes políticas de uma forma mais sistemática, que irei desenvolver este capítulo.

### **1.1 – A institucionalização da cultura no âmbito federal**

No período monárquico (1500 – 1808) só temos a liberação para publicação de livros, jornais e revistas e criação de instituições de ensino em nossas terras após a chegada da Família Real no Brasil. O grande ganho com a chegada da Corte foi a transferência da Biblioteca Nacional para o Brasil, que se pode considerar a primeira instituição cultural pública.

Portugal adotava na época a concepção francesa de cultura, que era sinônimo de civilização, marcando a campanha de reformas urbanas do início do século XX com base nos parâmetros franceses. Ou seja, era uma importação da cultura europeia para a colônia, no que tange a vestuário, relações interpessoais, alimentação e linguagens artísticas, mas essa “civilização” do Brasil não passou de mera superficialidade e restrita à nobreza.

A Primeira República ou República Velha (1889 – 1930) dá prosseguimento ao mesmo modelo cultural adotado pela monarquia, sofrendo uma mudança de paradigma através do movimento provocado pela Semana de Arte Moderna (1922) que rompia com a concepção de cultura enquanto civilização e reproduzia uma cultura externa, para valorizar e se voltar para sua realidade, o seu interior.

Uma frase célebre de Mário de Andrade<sup>2</sup> representa bem essa mudança de paradigma: “Minha obra toda badala assim: Brasileiros, chegou a hora de realizar o Brasil.” Este processo de mudança, que repercute na ideia que o Brasil precisa conhecer o Brasil, nos leva a uma nova fase, a Revolução de 30 e o Estado Novo (1937 – 1945) sob o comando de Getúlio Vargas.

Ainda durante o seu governo provisório, Vargas tem como um dos seus primeiros atos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (em 14 de novembro de 1930), órgão federal que ficou responsável por desenvolver as

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.bilibio.com.br/biografia-de/308164/MARio-De-Andrade.html>> Acesso em: 14 de setembro de 2012.

atividades e ações para as áreas: saúde, esporte, educação, cultura e meio ambiente.

Percebe-se que a cultura ainda não tem sua centralidade e autonomia devida, mas este cenário começa a mudar com a entrada do ministro Gustavo Capanema (1934-1945) que além de promover uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário, também promove um grande investimento na institucionalização do setor cultural, contando com a assessoria de grandes intelectuais da área de educação e cultura. Esse reforço na gestão de Capanema pode ser visto no texto disponível no site do Ministério da Educação<sup>3</sup> sobre o período:

Gustavo Capanema chefiou o Ministério da Educação por um longo período, de 1934 a 1945. Foi marcante a presença de intelectuais famosos junto ao ministro, como consultores, formuladores de projetos, defensores de propostas educativas ou autores de programas de governo. Durante toda a sua gestão Capanema contou com a fidelidade do poeta Carlos Drummond de Andrade como seu chefe de gabinete, e recebeu também a colaboração de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira, entre outros representantes da cultura, da literatura e da música nacionais.

Nós temos nesse período a criação de relevantes instituições culturais para o processo de institucionalização da cultura no âmbito federal.

**Tabela 1 – Instituições Culturais da gestão de Getúlio Vargas (1930-1945)**

Ano	Instituição	Atividade
1930	Ministério da Educação e Saúde Pública	Promover ações para as áreas de Educação e Saúde, além de englobar outras pastas: Cultura, esporte e meio ambiente. Esse Ministério teve como força a Educação e a Cultura por influência de Campos Sales e Gustavo Capanema, ministros da gestão Vargas, que buscaram apoio em ilustres intelectuais.
1931	Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA	Promover o ensino do canto orfeônico nas escolas primárias e normais, com o objetivo de educar as massas urbanas por meio da música, assimilando o folclore e a cultura brasileira. <sup>4</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06\\_cunha.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06_cunha.pdf)> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

1936	Instituto Nacional de Cinema Educativo	Documentar as atividades científicas e culturais realizadas no país, para difundi-las, principalmente, na rede escolar.
1936	Serviço de Radiodifusão Educativa	Destinava-se a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo.
1937	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN	Proteger, preservar e gerir o patrimônio histórico e artístico do país. A concepção desta instituição foi realizada por Mário de Andrade sob a encomenda do atual ministro Gustavo Capanema.
1937	Serviço Nacional de Teatro	Tinha amplas atribuições, que abrangiam diversas esferas do fazer teatro, tais como o amparo ou organização de companhias de teatro; o estímulo à construção de edifícios teatrais; a organização de grupos amadores nos estabelecimentos de ensino, fábricas e associações; o incentivo ao teatro para crianças e adolescentes nas escolas e fora delas; o cuidado da educação profissional dos atores e demais profissionais ligados ao meio; a promoção da produção teatral de todos os gêneros; a realização de um inventário da produção brasileira e portuguesa e consequente publicação das melhores obras, assim como de grandes peças estrangeiras, cuja tradução seria providenciada. <sup>5</sup>
1937	Instituto Nacional do Livro	Estava prevista como suas atribuições a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. Até 1945 não foram concluídos nem o dicionário nem a enciclopédia brasileira, mas o número de bibliotecas públicas, principalmente nos estados menos prósperos do país, cresceu muito graças ao apoio do INL, que as auxiliava na dispendiosa tarefa de constituição de acervo e capacitação técnica. <sup>6</sup>
1938	Conselho Nacional de Cultura	Tinha como atribuições fazer um balanço das atividades culturais, públicas e privadas, com o objetivo de potencializar ao máximo o trabalho desenvolvido pelas diversas instituições existentes. Deveria ainda estudar o trabalho das instituições públicas com o objetivo de avaliar os serviços realizados em busca do aperfeiçoamento; e a situação das instituições de caráter privado com o fim de opinar sobre possíveis subvenções públicas. <sup>7</sup>
1939	DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda	Responsável pela elaboração da legislação referente a todas as atividades culturais, fiscalizando e supervisionando a aplicação das normas em todos os meios de comunicação. Tinha poderes para centralizar, coordenar, organizar,

<sup>5</sup> Disponível em: < [http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/jornadas/IV\\_jornada/IV\\_11.pdf](http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/jornadas/IV_jornada/IV_11.pdf)> Acesso em 15 de setembro de 2012.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>> Acessado em 15 de setembro de 2012.

<sup>7</sup> CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. p. 61.

		censurar, premiar e incentivar as atividades do conjunto das empresas da área de comunicação e de seus respectivos empregados. <sup>8</sup>
--	--	---

Fonte: O autor é o organizador da tabela com base nas referências citadas, 2012.

Os primeiros passos para o processo de institucionalização e organização do campo cultural haviam sido dados, mas ainda precisava fortalecer e tornar essas instituições estáveis para que os objetivos para os quais foram criadas pudessem avançar e sair do campo das ideias para a prática.

Com a queda de Vargas, em 1945, o Brasil volta a gozar de vida democrática, muito embora as estruturas sociais e econômicas tenham permanecido praticamente intactas. General Gaspar Dutra ganha as eleições e até o fim do seu mandato não se observa maiores contribuições para o campo cultural. Em 1950, volta ao poder por eleições Getúlio Vargas. Nesse novo período de Vargas (1951 – 1954) chega ao Brasil a televisão e nesse mesmo período o Brasil conhece um novo estilo musical, a Bossa Nova e o Cinema Novo.

O fator mais relevante do processo de institucionalização da cultura nesse período foi o desmembramento (1953) do Ministério da Educação e Saúde, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

No período de 1945 a 1964, poucas ações são tomadas nesse processo de institucionalização da cultura por parte do governo federal, sendo que o grande desenvolvimento se deu no campo da iniciativa privada. Podemos considerar como relevantes as iniciativas:

Algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal (...) Em 1961, o presidente Jânio Quadros recriou o Conselho Nacional de Cultura, subordinado a presidência da república e composto por comissões das áreas artísticas e de alguns órgãos do governo. A ideia era a da instalação de um órgão responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura. (Calabre, 2007 p. 3)

Chegando à Ditadura Militar (1964 – 1985) temos como destaque a criação do Conselho Nacional de Cultura (1966), “que tinha como finalidade

---

<sup>8</sup> Ibid, p. 30-31.

formular uma política nacional de cultura, traçar diretrizes e executá-las, efetivando sua implantação” (IPEA, 2007 p. 144) e do Departamento de Assuntos Culturais – DAC (1970), através do Decreto 66.967, que amplia a perspectiva do MEC para o setor cultural e o reorganiza. Outro período de fortalecimento da área da cultura se deu na gestão do Ministro Ney Braga durante o governo Geisel (1974-1978).

A gestão do ministro Ney Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), foi um período de efetivo fortalecimento da área da cultura, com a criação de órgãos estatais que passaram atuar em novas áreas, tais como: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). (Calabre, 2007 p. 4)

Fora do âmbito do MEC foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sob a direção de Aloísio Magalhães e que tinha como principais objetivos “propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros” (Calabre, 2007 p. 5), que em 1979 deu origem à Fundação Nacional Pró-Memória sob a responsabilidade do MEC.

Outro fato relevante nesse período é a substituição do Departamento de Assuntos Culturais pela Secretaria de Assuntos Culturais, que depois veio a se chamar Secretaria de Cultura, sob a gestão de Aloísio Magalhães. Nessa mesma década de 70 os estados federados e municípios começam a criar suas secretarias e o processo de institucionalização da cultura começa a ganhar força e a impulsionar a criação do Ministério da Cultura independente.

## **1.2 – O MinC de ontem e de hoje**

Através do decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985, é criado o Ministério da Cultura – MinC, o que dividiu opiniões dentro do governo, pois havia um grupo que considerava ser mais importante ter uma Secretaria de Cultura forte do que ter um ministério fraco. Para Botelho (2001 *apud* Calabre, 2010, p. 18) este desmembramento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), além dos reduzidos recursos que ficaram com o MinC, vários problemas o acompanharam, como podemos ver: perda de autonomia, superposição de

poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros.

E Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982, um dos defensores de manter a Secretaria de Cultura ao invés de criar o Ministério estava certo. O MinC inicia seus trabalhos tendo sérios problemas de ordem financeira administrativa e até estrutural.

Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado. (Calabre, 2007 p. 6)

Tendo em vista que o orçamento do MinC era em sua grande parte comprometido para garantir a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados, foi criada a primeira lei de incentivos fiscais, Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. Esta foi a alternativa adotada pelo MinC para ampliar os recursos destinados a produção artístico-cultural, uma vez que recursos orçamentários da pasta eram reduzidos.

Ao assumir o governo, Fernando Collor de Mello (1990–1992), destaca-se por intervir negativamente no lento processo de institucionalização da cultura no Brasil, vindo a extinguir o MinC junto com diversos dos seus órgãos. Após o impeachment de Collor, Itamar Franco (1992-1994), assumiu a presidência. Itamar no poder recria o MinC e a Funarte, dentre outros organismos.

O Ministério da Cultura segue até 2002, durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve como ministro Francisco Weffort, utilizando as Leis de Incentivo como políticas culturais. O processo de institucionalização sofre uma estagnação desde a criação do MinC em 1985 voltando a ter mudanças apenas a partir do governo Lula (2003-2010).

O MinC volta a ser pauta política importante, com a representatividade e mudança de paradigmas implantados pelo ministro Gilberto Gil (2003-2008) e que foi dado prosseguimento por Juca Ferreira (2008-2010).

Nos dois mandatos do governo Lula, o MinC se estruturou para ser um órgão de planejamento, coordenação e avaliação das políticas culturais, mas também, de execução de programas, como já vinha sendo

praticado. Acrescentou a preocupação com a participação social, com a realização de seminários, estimulando o funcionamento de grupos de trabalho, consultas etc. (...) Emendas foram propostas para vincular os governos descentralizados ao PNC, assim como para garantir recursos orçamentários para o setor. Também foram criadas estruturas participativas de abrangência nacional, como a Conferência Nacional e o Conselho Nacional de Política Cultural, e foram desenvolvidas iniciativas para criar e consolidar o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Além disso, foi estabelecido por lei o Sistema Federal de Cultura (SFC). (IPEA, 2007 p. 258)

O destaque maior do governo Lula é o processo de reorganização a que se propõem os seus ministros Gil e Juca, saindo de uma estagnação de política cultural, que se firmava nas Leis de Incentivos Fiscais, para de fato poder planejar e criar estratégias de fomento da diversidade cultural através de editais públicos. Outra ação relevante é a criação de mecanismos de escuta que promovem uma aproximação e diálogo com a sociedade civil e entidades organizadas do terceiro setor através de Fóruns, Seminários e Conferências de Cultura para debater as ações políticas a serem desenvolvidas.

Em 2003 é realizado o primeiro ato de reestruturação do MinC através do Decreto nº 4.805, de 12 de agosto, compondo a pasta com Secretarias estratégicas e redefinindo os caminhos a serem trilhados pelo ministério. Em 2004 um novo Decreto (nº 5.036, de 07 de abril de 2004) apresenta o desfecho desse processo de reorganização do MinC para promover com maior eficácia as novas diretrizes traçadas por Gilberto Gil e para corrigir as falhas de reestruturação do governo anterior. Foram criadas secretarias que tinham funções similares às das instituições vinculadas, provocando sobreposição de competências. Mas apesar de todo esforço para promover a institucionalização da cultura e se reestruturar no que concerne aos recursos orçamentários e humanos, vale ressaltar que

[...] os recursos limitados ainda impedem a ampliação da abrangência territorial da atuação do MinC. Assim como a precariedade dos instrumentos de gestão pública também dificulta a coordenação e a articulação tanto entre as instituições federais quanto entre as esferas de governo e com a sociedade, e também entre as políticas setoriais. (IPEA, 2007, p. 259)

É sob esse cenário de reformulação do setor cultural, onde há um longo caminho a percorrer para termos uma política de cultura que atenda as demandas da nossa diversidade cultural, que nos encontramos. Um período

onde a linha de desenvolvimento está em crescente evolução, mas os passos ainda são lentos devido a toda essa carga histórica que conhecemos.

Uma característica que marca esse momento tem sido a descentralização, uma ação importante para se reconhecer o Brasil tendo em vista as suas dimensões continentais. Alguns exemplos claros que evidenciam esse processo de distribuir a gestão do MinC pelo território brasileiro é a atenção dada às Representações Regionais, que só ganham o caráter e definição de responsabilidades como é hoje, através do decreto de nº 5.036 de 07 de abril de 2004, onde diz:

Art. 14. Às Representações Regionais, nas suas áreas de jurisdição, compete:

I - representar o Ministério, bem como participar da implementação e acompanhamento das políticas culturais;

II - prestar informações sobre os programas, projetos e atividades do Ministério, orientar e acompanhar sua implementação;

III - fornecer subsídios para a formulação e avaliação das políticas, programas, projetos e atividades do Ministério;

IV - auxiliar o Ministério na articulação com os órgãos federais, estaduais, municipais e entidades privadas, incluindo empresas, instituições culturais e o terceiro setor;

V - atender e orientar o público quanto aos serviços prestados pelo Ministério;

VI - prestar apoio logístico e operacional aos fóruns de política cultural;

VII - exercer as atividades de ouvidoria do Ministério da Cultura; e

VIII - exercer outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

A partir deste período fica clara qual é a função desses órgãos descentralizados, uma vez que apesar de já existirem desde o governo Collor quando ainda eram conhecidas como Delegacias Regionais e passando a ser chamadas de Representações Regionais no governo de FHC, o texto do decreto que tratava da estrutura regimental desses períodos não definia de forma clara o papel desses órgãos até o período que se estende ao primeiro decreto que trata da estrutura regimental do MinC do governo Lula:

Art. 14. Às Representações Regionais compete acompanhar as atividades do Ministério nas suas áreas de jurisdição e exercer outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

Além desse esforço de fortalecer esses órgãos que aproximam a sociedade civil do MinC e dão maior acesso devido a sua descentralização, temos como maior destaque desse governo o Programa Cultura Viva, que é reforçado posteriormente pelo Mais Cultura (2007), que prevê uma valorização da diversidade cultural através do resgate, incentivo e preservação da cultura brasileira na sua dimensão ampliada.

Em 2011, Dilma Rousseff assume a presidência do Brasil e substitui o ministro da cultura Juca Ferreira por Ana de Hollanda. Depois dessa fase de crescimento que o MinC e suas políticas estavam alçando, vivemos novos momentos de turbulência, em parte devido as questões orçamentárias, que entram com um grande déficit característico de um processo de mudança de governo e por outro lado por se envolver em assuntos polêmicos, como é o caso dos direitos autorais em que a nova ministra se posicionou de maneira distinta diante do processo em construção com a participação da sociedade civil.

Enquanto O Programa Cultura Viva é a grande marca do governo Lula, temos nessa primeira fase do governo Dilma a economia criativa como bandeira ideológica da gestão de Ana de Hollanda que cria a Secretaria de Economia Criativa (Decreto 7743, de 1º de junho de 2012).

Temos como fator positivo desse período a aprovação de uma lei importante, Sistema Nacional de Cultura (PEC 34/2012) que foi discutida, sistematizada e apresentada ao plenário ainda no governo de Lula (2010). Um fato relevante, mas com um grande caminho a trilhar e muita arena política a ser acionada, é o Projeto de Lei de Nº 757/2011, que institui o Programa Cultura Viva enquanto lei permanente.

Como negativo, temos como fato mais polêmico na gestão de Hollanda, a descontinuidade da reforma da Lei de Direitos Autorais, após os grandes esforços durante todo o governo Lula, permitindo que a sociedade participasse de forma efetiva em debates e fóruns, Ana de Hollanda solicita o projeto da Reforma da Lei, que já havia sido encaminhada para a Casa Civil, para que ela pudesse reavaliar, o que foi considerado uma falta de respeito a todo esse processo de consulta pública.

### 1.3 – A institucionalização da cultura na Bahia

O processo histórico da institucionalização da cultura na Bahia se assemelha com o caso do governo federal. É lento e só consegue se firmar enquanto instância de poder autônoma, proporcionando um cenário favorável para o desenvolvimento de políticas públicas culturais, muito recentemente.

Tomando como referência o ano de 1930, considerado o marco inicial das políticas culturais no Brasil com o primeiro governo de Vargas, na Bahia o marco é o ano de 1947, durante o governo de Otávio Mangabeira, quando surgem as primeiras ações relevantes para o setor cultural. Abaixo segue um quadro que mostra as secretarias que respondiam pelas ações culturais na esfera pública:

**TABELA 2 – Secretarias às quais a cultura esteve subordinada**

SECRETARIAS	Período que se manteve com essa estrutura
Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Pública	1931- 1938
Secretaria de Educação e Saúde	1938-1947
Secretaria de Educação e Saúde	1947- 1951
Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social	1951 – 1965
Secretaria de Educação e Cultura	1965-1983
Secretaria de Educação	1983 – 1987
Secretaria de Cultura	1987 – 1991
Secretaria de Educação e Cultura	1991 – 1994
Secretaria de Cultura e Turismo	1995 – 2006
Secretaria de Cultura	2006 – Atual

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Por esse panorama apresentado, dá para perceber que a cultura sempre foi relegada a uma ação de menor prestígio, sendo subordinada às pastas de maior centralidade, chegando a ganhar sua autonomia em 1987, durante o governo de Waldir Pires, impulsionada pela criação do MinC no ano anterior. Da

mesma forma que ocorreu na esfera federal, quando Collor extingue o ministério, Antônio Carlos Magalhães (1991) faz o mesmo e extingue a Secretaria de Cultura, voltando a ser Secretaria de Educação e Cultura. Dando continuidade ao carlismo<sup>9</sup>, que se manteria no poder até 2005, agora a cultura passa a ficar subordinada à pasta do turismo. Só em 2006, com a entrada do PT no governo (Jaques Wagner), é recriada a Secretaria de Cultura e um novo cenário desponta nas políticas culturais da Bahia.

#### **1.4 – Ações políticas relevantes para a cultura na Bahia**

Durante o período imperial o nosso estado cria duas instituições importantes para a cultura brasileira (A Biblioteca Pública da Bahia - 1811 e a Academia de Belas Artes - 1877), mas que na época servia apenas à elite, mais precisamente frequentadas pelos portadores de diplomas, os artistas e eruditos. Esse cenário é bastante representativo do sistema educacional precário que tínhamos na época e do tipo de cultura que era disseminado por essas instituições, embebido da influência europeia, o que distanciava ainda mais as classes baixas de se interessarem por tais questões, uma vez que não se viam representados naqueles espaços. Em relação à Academia de Belas Artes foi uma instituição importante para disseminar processualmente novas técnicas e ideias das expressões plásticas, uma vez que sempre foram influenciados pelas igrejas, já que eram seus principais clientes.

Na transição do Império para a República, a Bahia constrói mais uma importante instituição, o Arquivo Público da Bahia (1890), que nos permite hoje

---

<sup>9</sup> Carlismo corresponde a corrente política dos seguidores de Antonio Carlos Magalhães. Esta definição não consta em nenhum dicionário oficial da Língua Portuguesa, mas a expressão se popularizou e tornou-se sinônimo do poder do mais influente político baiano. ACM, como era conhecido já foi prefeito de Salvador (1967-1970) e governador da Bahia por três vezes (1971-1975; 1979-1983; 1991-1994), sendo os dois primeiros por indicação do Regime Militar. Foi eleito senador em 1994, além de ter atuado como deputado, secretário, ministro e presidente de estatais. Renunciou o mandato de senador em 2001 por ter sido acusado quebra de decoro parlamentar e em 2002 foi reeleito, onde permaneceu até sua morte. ACM comandou o grupo que esteve à frente do governo da Bahia de 1971 a 2006, com exceção de apenas dois períodos, (de 1975 a 1979, no governo Roberto Santos; e de 1987 a 1991 nas gestões Waldir Pires e Nilo Coelho). Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2286](http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2286)> Acesso em 25 de setembro de 2012.

ter acesso a informações mais precisas, através de documentos históricos que preserva em seu acervo.

A Fundação da Universidade da Bahia (1946) traz à cena baiana um nome que marcou fortemente o processo de institucionalização da cultura pelo viés da educação. Edgard Santos, o primeiro reitor da Universidade da Bahia que em 1950 se transforma em Universidade Federal da Bahia – UFBA foi o responsável por possibilitar um grande avanço dos circuitos culturais de Salvador. Em sua gestão são criadas as escolas de música, teatro e dança e traz artistas de renome internacional para o cenário soteropolitano, além de criar debates e seminários que possibilitavam um encontro dessa comunidade acadêmica com temas e intelectuais do cenário nacional e internacional que fundavam novas ideias.

Era um momento de renascença da Bahia. Como afirma Almeida (2007) na Conferência promovida pela Fundação Pedro Calmon “Durante o longo reitorado de Edgard, a Bahia torna-se o centro da cultura brasileira e a Universidade da Bahia uma referência internacional no campo acadêmico”. Ainda como fruto da ousadia e visão moderna de Edgar Santos, ele cria o CEAO (1959) que ressignifica a cultura de matriz africana e traz para dentro dos muros da universidade a reflexão sobre o pensar, o falar, o ritual, o dançar e o se expressar do baiano negro, discriminado e renegado pela elite intelectual que segundo Miguez (2000, p. 35) eram “sempre vistas como algo sem dignidade cultural, quando não como ‘caso de polícia’. Destaque-se, por exemplo, as proibições dos tambores dos candomblés e do carnaval.”.

Nesse mesmo período outro nome que tem imensas contribuições para a organização da cultura é Anísio Teixeira, quando assume a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia. Em sua gestão é criada o Departamento de Cultura (1947) a Escola Parque (1950) e a Fundação de Desenvolvimento da Ciência (1950). Podemos dizer que Anísio Teixeira foi o precursor da gestão pública para a institucionalização da cultura na Bahia e agregando maior mérito às suas ações é a sua visão de que a educação é o espaço ideal para construção de cidadãos e a cultura o seu alicerce. Considerando o protagonismo

de Teixeira por programar um novo olhar na relação entre cultura e educação na Bahia e no Brasil, Naomar Almeida Filho (2007)<sup>10</sup> diz que

[...] Anísio Teixeira constitui um dos esteios da alavancagem do desenvolvimento baiano, ocupando-se, ao longo da década de 1940, do requisito fundamental para o desenvolvimento que é a Educação. Anísio tinha, entretanto, uma visão profundamente política da Escola: para além da base dos processos de desenvolvimento econômico, entendia a Educação fundamentalmente como um processo emancipatório – ele escreveu que a educação e a escola são máquinas de fazer democracias.

Aliado a pungência da cultura nesse período tendo à frente esses visionários gestores (Edgard e Anísio), surgem movimentos que marcaram a história (a Tropicália e o Cinema Novo). É importante registrar que o modernismo que eclodiu na década de 20 em São Paulo e só chega à Bahia nos anos 50, devido à resistência que se fez ao movimento pelos conservadores. Miguez (2000 p. 34) retrata muito bem esse cenário dizendo que

Antes que buscar na velocidade modernista um mecanismo de compensação para o atraso e a modorra de sua vida insular, Salvador vai fincar pé nas tradições do seu orgulho quatrocentão, mantendo-se como um bastião do conservadorismo literário. Suas elites dirigentes vão defender a cultura oficial do ataque perpetrado pelos códigos de anarquia e destruição do movimento Modernista, com força e firmeza que jamais utilizaram quando o que esteve em jogo foi a arquitetura colonial da cidade. Recusavam-se, solenemente, a subverter rima e métrica dos versos que praticavam e da sociedade que comandavam.

Ainda na década de 1950 temos a construção do TCA (1958), mas as duas décadas seguintes continuamos em um processo de sedimentação do campo da cultura, com a criação de novas e importantes instituições para o setor.

Na década de 60 é construído o MAM que vinha com o propósito de inserir a Bahia no cenário nacional da arte moderna. É criada a 1º Bienal de Arte da Bahia que apresenta em um mesmo espaço a diversidade das artes plásticas baiana. O patrimônio cultural, até então restrito aos bens materiais, passa a ter uma fundação (Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural – 1967, que hoje é o

---

<sup>10</sup> Conferência pronunciada em 14 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferência e Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964) promovido pela Fundação Pedro Calmon (Capítulo 1 de Almeida Filho, Naomar. Universidade Nova II – Textos hipercríticos e super-esperançosos. Em preparação).

IPAC), que ficou, a princípio, responsável pela preservação do contexto histórico apresentado nas arquiteturas do Pelourinho, que se tornou hoje um importante cartão postal da cidade de Salvador, mas na década de 70 passa a ter como atribuição o tombamento do patrimônio cultural em seu aspecto mais amplo, material e imaterial, o que abre espaço para uma nova caminhada de reconhecimento e valorização da cultura. Pela primeira vez é criado o Conselho Estadual de Cultura (1967), espaço dedicado principalmente à formulação da política cultural do estado. No final da década de 60 surge o IRDEB (1969), instituição fundamental para, através do rádio e televisão, promover a cultura e educação.

Chegamos à década de 1970 com um terreno bastante fértil, mas ainda era preciso avançar. Dessa década o principal fato é a criação da FUNCEB (1972), que é criada para planejar e fomentar as ações artísticas do estado. Até esse momento, a política cultural apesar de ser estadual ainda se restringia à Salvador, chegando no máximo a atingir o Recôncavo Baiano. A Bahia durante muito tempo se resumia a Salvador e Recôncavo. Nota-se então porque até hoje a representação da Bahia para os baianos e os não-baianos tende a ser Salvador, como podemos ver na fala de muitas pessoas do interior que quando vão viajar para a capital ao invés de dizer: - Estou indo para Salvador, dizem: - Estou indo para Bahia.

Na década de 1980 temos a desconcentração de equipamentos culturais fato que ocorreu na França nos anos 1950 com André Malraux. Os Centros Culturais construídos no interior do estado, no início do novo século, também não foram resultantes de uma política descentralizadora, mas de atendimento a interesses político partidários. Aliado à construção dos Centros de Cultura temos o projeto Chapéu de Palha, que tendo a proposta de valorizar a cultura popular local, levava cursos e oficinas gratuitos para o interior do estado, oportunizando a comunidade a ter acesso às técnicas das artes cênicas e ao mesmo tempo reforçando o pertencimento dos participantes a uma cultura que é deles, a cultura popular local.

Ainda na década de 1980 temos a criação da Fundação Pedro Calmon (1986) que veio para fortalecer a questão da preservação dos documentos históricos junto ao Arquivo Público e fomentar pesquisas sobre a história da

Bahia e do Brasil. Nesse mesmo ano o IPAC promove o tombamento da Casa Branca Ilê Axé Iyá Nassô Oká, primeiro patrimônio cultural de matriz africana a ser reconhecido pelo estado.

Nos anos 1990 temos mais uma ação que volta o olhar para o interior, como é o caso dos Salões Regionais de Artes Plásticas que até hoje é desenvolvido nos Centros de Cultura do Estado, sob o comando da FUNCEB e conta com a participação de artistas de toda parte da Bahia e que se tornou um espaço para descobrir novos talentos. Nesta década é criado o Fazcultura (1996), lei de incentivos fiscais do estado, seguindo os mesmos passos do governo federal.

Chegando aos anos 2000 temos a criação de mais dois espaços culturais no interior (O Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães em Jequié - 2000 e o Teatro Dona Canô em Santo Amaro - 2001) e a criação do Fundo de Cultura da Bahia (2005), que tinha como objetivo fomentar a cultura incentivando projetos que tinham dificuldades de fazer uso da lei de incentivos fiscais por não terem um perfil mercadológico, mas a grande crítica a esses mecanismos de fomento do estado ainda era a sua centralização nas mãos de poucos e a execução dos projetos também que se concentravam na Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo.

### **1.5 – A Secult de hoje: estrutura, programas e ações**

A proposta da nova gestão cultural do estado da Bahia, que surge com o desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo em 2007 (Lei 10.549, de 28 de dezembro de 2006), é desenvolver ações sob uma visão ampliada da cultura, considerando-se a produção simbólica, a diversidade, os patrimônios materiais e imateriais e tendo como foco uma política de descentralização, reconhecendo as múltiplas faces da Bahia através dos territórios de identidade<sup>11</sup>.

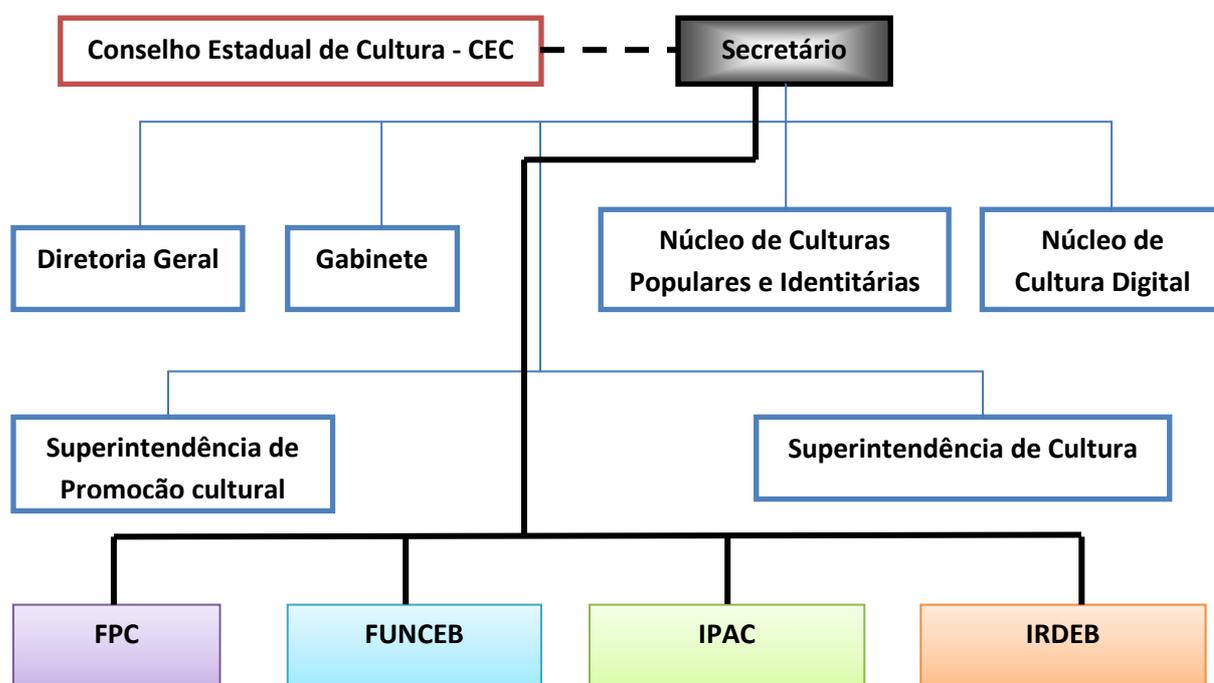
---

<sup>11</sup> “O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão

A convite do governador, mesmo sob a pressão de produtores e grandes instituições culturais privadas, que sempre foram beneficiadas pela política centralizadora do governo anterior, Márcio Meirelles assume a nova Secretaria de Cultura – Secult (. Meirelles tem em sua trajetória o campo das artes cênicas, atuando como diretor de teatro, cenógrafo e figurinista, em 1990 cria o Bando de Teatro Olodum que foi essencial para revitalização do Teatro Vila Velha e foi diretor do TCA na gestão de Waldir Pires (1987-1989).

A Secult-BA ressurgiu enquanto secretaria autônoma com o seguinte organograma:

**FIGURA 1 – Organograma de 2007 a 2010**



Fonte: SECULT. Guia de Orientações. Encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos: Juntos, por uma Nova Relação Federativa. 2008. p. 03.

**CEC** - É um órgão colegiado normativo e consultivo que tem o objetivo de formular a política estadual de cultura.

**Superintendência de Cultura** – Coordena no âmbito da SECULT a implementação da política de descentralização, além da coordenação do

---

social, cultural e territorial.” Disponível em: < <http://www.seplan.ba.gov.br/mapa.php>> Consultado em 01 de outubro de 2012.

Sistema Estadual de Cultura (incluindo o Programa de Formação de Gestores Culturais) e do Programa Mais Cultura (Pontos de Cultura, Pontos de Leitura, Cine Mais Cultura etc).

**Superintendência de Promoção Cultural** - Atua no fomento à economia da cultura e na gestão dos mecanismos de incentivo e financiamento: o Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) e o FazCultura.

Compondo as unidades orgânicas centralizadas, o Gabinete do Secretário abriga núcleos e assessorias que têm ao seu encargo a articulação de ações transversais ou especiais, como relações institucionais e internacionais, culturas populares e identitárias, culturas digitais e o carnaval. Enquanto as vinculadas (IRDEB, IPAC, FPC e FUNCEB) ficam responsáveis pelas políticas setoriais a que lhes cabem.

O grande mérito da criação da Secretaria de Cultura autônoma na Bahia foi ter à frente um grupo que seguia a mesma linha de pensamento do MinC, o que veio a facilitar o processo de diálogo entre as duas esferas.

Percebe-se na administração de Márcio Meirelles uma gestão que desenvolveu a descentralização das ações da Secretaria, promovendo a interiorização e reconhecendo as diversas Bahias. Acabou com a “política de balcão” lançando editais públicos para as diversas áreas e segmentos culturais. Deu início a construção do Sistema Estadual de Cultura, dentre outras ações representativas para o processo de institucionalização e promoção da democracia da cultura. A gestão de Meirelles inspira-se nas concepções da UNESCO e passa a considerar que a produção cultural cabe à sociedade civil e ao Estado resta o fomento e organização dos setores legalmente e institucionalmente. Como todo processo de mudança gera desconforto, desafios, críticas e desconfianças, sendo assim, foi nesse cenário que se desenvolveu e fortaleceu a política pública de cultura durante o governo Wagner.

### 1.5.1 - O Sistema dos cinco “D”

A política da Secult se baseou na gestão de Meirelles no que chamo de “Sistema dos Cinco D”:

- Diálogo e Transparência.
- Desenvolvimento;
- Democratização;
- Descentralização;
- Diversidade.

A Secult surge em um momento propício, uma vez que o MinC já havia iniciado uma mudança substancial em seu processo de gestão, tendo à frente Gilberto Gil. Muito próximo da visão do governo federal, a gestão cultural da Bahia segue pelos mesmos passos, adotando o Sistema dos Cinco D como discurso e como base para suas ações conforme veremos a seguir:

#### **Diálogo e Transparência**

Através do diálogo com a sociedade e os gestores municipais, promovido pelos fóruns, debates, videoconferências, conferências e outros meios de escuta, a Secult passa a ser referência e ganha notoriedade dentro do governo. “Perceber a cultura de forma plural e horizontal tem uma consequência imediata: acabar com a ideia de que existem “iluminados” capazes de compreender e projetar as necessidades de um povo. (SECULT, S/D)<sup>12</sup>”

Inicia suas atividades com um poder de mobilização muito grande e um discurso que provoca um novo olhar sobre a produção cultural do estado e a ampliação da concepção de cultura. Aliado a esse processo de aproximação com a sociedade e municípios, adota uma política de transparência, apresentando dados quantitativos dos investimentos através de relatórios divulgados amplamente.

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://www.secult.220i.com.br/linhasdeacao> > Acesso em 04 de outubro de 2012.

As políticas públicas de cultura demandam participação. Em todas as suas etapas, desde a formulação até a execução e avaliação. Por isso, a Secretaria de Cultura da Bahia assumiu o compromisso de estabelecer uma relação sincera e transparente com a sociedade baiana. (SECULT, S/D)

O CEC passa a ser outro mecanismo de diálogo importante, uma vez que era formado por notórias figuras indicadas por entidades representativas da área cultural, com o propósito de contribuir para construção das políticas culturais do estado. Outro marco importante nesse processo de reestruturação da Secult foi o estímulo dado à criação do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia, hoje constituída como Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia - ADIMCBA e ganhando caráter jurídico para firmar convênios. A ADIMCBA também passa a ser uma entidade consultiva e normativa para a construção das políticas culturais do estado.

## **Desenvolvimento**

Meirelles reforça a importância do reconhecimento da cultura como vetor de desenvolvimento, trazendo à tona a discussão sobre a economia criativa, a cadeia produtiva do setor cultural, a economia das festas, a importância da institucionalização dos grupos para se tornarem pessoas jurídicas e ampliar a possibilidade de sua inserção no mercado formal.

As atividades culturais promovem o desenvolvimento em diversos aspectos, incluindo o desenvolvimento ambiental, social e político. O governo baiano esforça-se especificamente para, por um lado, ampliar a produção e o acesso a bens culturais; e, por outro, potencializar a atividade econômica através da cultura. (SECULT, S/D)

Potencializando esse princípio, deu início a sistematização de dados para possibilitar estudos mais precisos sobre cada área e poder criar estratégias direcionadas. Lançou o microcrédito cultural (CREDBAHIA Cultural) para possibilitar o acesso fácil aos profissionais do setor cultural que necessitam promover pequenos investimentos para potencializar suas atividades. Além de

considerar o desenvolvimento social que é impulsionado pela cultura, salvando vidas e mostrando novos horizontes a jovens e crianças.

## **Democratização**

Um dos carros chefes da nova Secult foi a criação dos editais públicos para as mais diversas áreas, como uma forma de descentralizar os recursos e fomentar setores antes esquecidos pela gestão pública. Com essa política, considerada mais justa que a “política de balcão”, mas ainda deficitária, por ser uma via que exclui os fazedores de cultura que não tem afinidade com a escrita e preenchimento de formulários.

A cultura é um direito de cidadania e todo brasileiro deve poder exercê-lo. Pensar a democratização da cultura, da perspectiva governamental, significa pensar a democratização tanto do acesso a bens culturais quanto das oportunidades para produzi-los. (SECULT, S/D)

Essa atitude gerou no mínimo a descoberta de uma nova Bahia, com proponentes do interior do estado tendo acesso à informação e aos recursos.

## **Descentralização**

Por ser uma secretaria criada durante o novo pensar da SEPLAN, que adota os Territórios de Identidade como a nova regionalização para se pensar a Bahia política e estrategicamente, a Secult adota também essa visão, uma vez que uma de suas premissas era trabalhar a descentralização de suas ações.

Esta adesão, convicta e imediata, decorreu de diversas motivações. Dentre elas podem ser citadas: o reconhecimento de que a dimensão e a diversidade da Bahia impõem ao estado a necessidade de uma atuação regionalizada em seus diferentes territórios e que o território só pode ser imaginado considerando o sentimento de pertencimento dos municípios e cidadãos com relação ao seu território. Ou como anuncia o projeto: sua identidade. Assim, o componente cultural está inscrito mesmo na noção de territórios de identidade. (RUBIM, 2011)<sup>13</sup>

Para sedimentar a descentralização e poder criar um elo entre as comunidades e gestores municipais dos Territórios de Identidade, é criado o cargo de Representante Territorial de Cultura. A criação deste cargo surgiu a

---

<sup>13</sup> Disponível em: < <http://www.cultura.ba.gov.br/2011/09/28/conferencias-e-territorios/> > Acesso em 04 de outubro de 2012.

partir da necessidade de se agregar “Mobilizadores Culturais” para a realização da 2ª Conferência Estadual de Cultura da Bahia, em dezembro de 2007 – decorrência da grande extensão territorial da Bahia. Experiência bem sucedida e adotada posteriormente, por longo prazo, por meio de seleção pública. Os representantes territoriais são subordinados à Superintendência de Cultura e passam a ser figuras importantes para implementação dessa política de descentralização, proporcionando a todos um meio mais fácil de dialogar com a Secult e suas vinculadas, bem como ter acesso mais preciso às informações dos programas e políticas da Secretaria.

O representante territorial atua como articulador nas relações dos segmentos culturais entre os municípios do Território na consolidação do Sistema Estadual de Cultura. O trabalho do representante é fundamental na consolidação da política cultural em todo o estado, exigindo contato permanente com os agentes culturais de todos os municípios baianos. (SECULT, S/D)<sup>14</sup>

## **Diversidade**

Como síntese de todos os princípios acima mencionados temos a Diversidade Cultural, que vem a colocar os opostos como possibilidades e opções, valorizando as diferenças e as culturas, sem se ater a opções religiosas e sexuais, de matrizes culturais e etnias, de ideologias, saberes e práticas culturais em seu sentido mais amplo.

Esse princípio do reconhecer o diferente nos leva a desmontar o processo de formação de uma identidade homogênea para a Bahia e descobrir as “Bahias”. Um estado plural e de múltiplas identidades.

A cara da Bahia não pode ser apenas a cara do Recôncavo. A cara da Bahia tem que ser a cara da Bahia inteira: do Recôncavo, do Oeste, do São Francisco, do Sertão, do Sul, da Chapada e de todas as outras regiões do estado. Temos que assumir “ao mesmo tempo agora” toda diversidade baiana, as diferenças que, combinadas e recombinadas, misturadas, mestiças, fazem do povo baiano o que ele é. (SECULT, S/D)<sup>15</sup>

Foi nesse cenário de incursão nos sertões, nos litorais, serrado, no semiárido, no urbano e no rural, chegando às fronteiras do estado, que apresenta muitas vezes uma identidade muitas vezes mais próxima do estado

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/representacoes-territoriais/>> Acesso em 04 de outubro de 2012.

<sup>15</sup> Disponível em: < <http://www.secult.220i.com.br/linhasdeacao> > Acesso em 04 de outubro de 2012.

vizinho do que da própria Bahia. A Secult não mergulhou em um mosaico formado por peças estáticas, mas em um caleidoscópio de sotaques, identidades e realidades, que a cada momento apresenta combinações variadas e interessantes. A vivência dos Representantes Territoriais sediados em cidades pólo dos Territórios apresentava essa dinâmica cultura em movimento, que só poderia ser observada com o desbravamento dessa diversa Bahia.

### **1.5.2 - A Secult a partir de 2011**

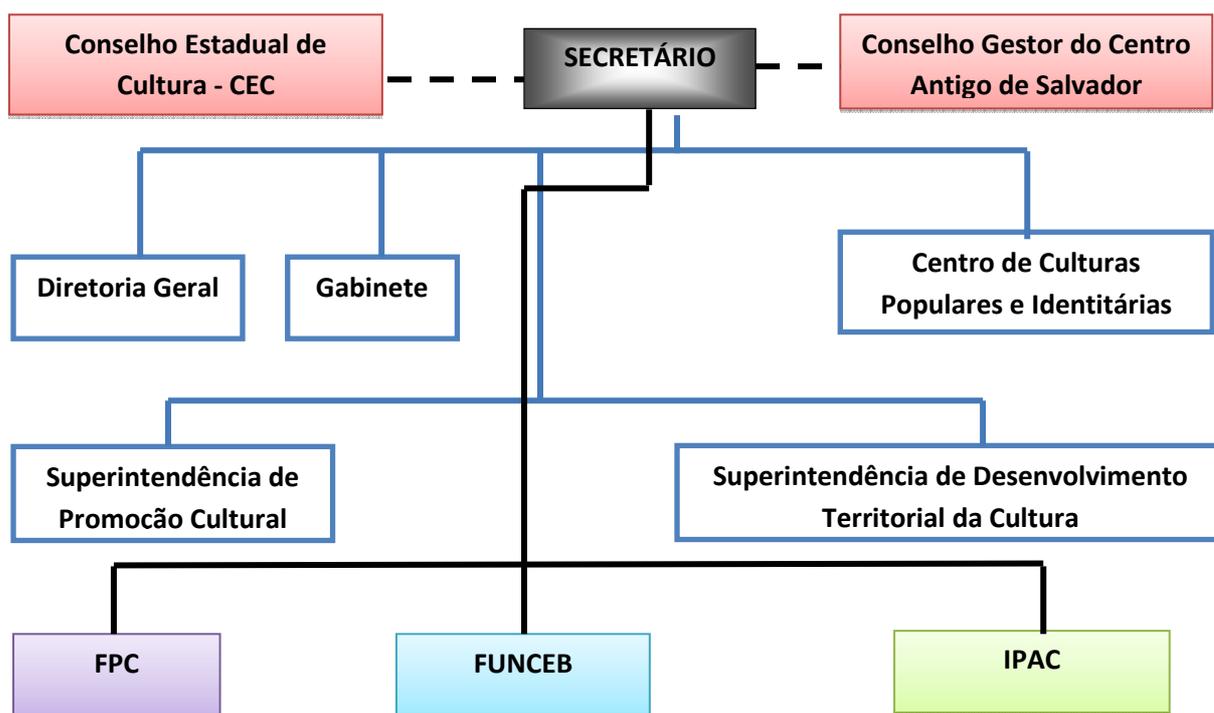
Com a entrada de Albino Rubim a partir de 2011, a Secult passa a trilhar um novo caminho. Apesar de ser dito no discurso que é um governo de continuidade, percebe-se nesses dois anos, que a política se distancia de algumas medidas adotadas por Márcio Meirelles e ganha uma nova identidade. Nesse período algumas medidas voltadas para institucionalização na gestão de Márcio só são concretizadas na gestão de Albino. Mas não é o interesse dessa pesquisa avaliar as gestões, mas apenas apresentar as mudanças e contextos da política de cultura na visão desse novo gestor.

Como era de se esperar, Albino adota como prioridade de sua gestão a formação e qualificação em cultura. Advindo do meio acadêmico, foi um dos criadores do curso de graduação em Produção Cultural da UFBA, é professor do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do qual já foi Coordenador, é pesquisador e escritor sobre as políticas culturais e foi presidente do CEC da Bahia na última gestão. Conforme consta no Portal da Secult, Albino Rubim diz que:

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia elegeu, como uma de suas prioridades, desenvolver uma ampla política voltada para a formação e a qualificação em cultura. Em maio de 2011, ela transformou sua Escola de Dança no Centro de Formação em Artes (CFA). No segundo semestre, o CFA iniciou cursos em diversas áreas artísticas. Em dezembro daquele ano foi constituída a Rede Estadual de Formação e Qualificação em Cultura, reunindo todas as universidades públicas com atuação na Bahia; os institutos federais sediados no estado; entidades do sistema S; organizações não-governamentais voltadas para cultura e educação; secretarias estaduais parceiras com atuação na formação em cultura e o Ministério da Cultura. A rede é uma instância, presencial e virtual, de articulação, diálogo, pactuação para a formulação democrática e colaborativa de políticas para formação e qualificação

Em relação à estrutura organizacional, sem considerar as mudanças internas (diretorias e coordenações), poucas alterações foram realizadas, tais como: a Superintendência de Cultura que passa a se chamar Superintendência de Desenvolvimento Territorial de Cultura, que apenas valida o trabalho que já vinha sendo desenvolvido anteriormente; é criado o Centro de Culturas Populares e Identitárias – CCPI que é uma evolução do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, que amplia seu raio de ação e ganha maior peso na Secult; passa a ter uma relação mais próxima ao Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador - Escritório de Referência. Porém, perde o IRDEB que passa a integrar a estrutura da Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Núcleo de Cultura Digital, conforme veremos abaixo:

**FIGURA 2 - Novo Organograma**



Fonte: Desenvolvido pelo próprio autor.

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://www.cultura.ba.gov.br/2012/10/01/secretario-de-cultura-discorre-sobre-qualificacao-e-formacao-na-area-cultural/>> Acesso em 05 de outubro de 2012.

### **1.5.3 - Programas e Ações da Secult – 2007 a 2010**

A Secult inicia com cinco linhas programáticas para atender aos princípios estruturantes já citados acima. Como programas em 2007 nós temos:

- Gestão da Cultura;
- Fomento à Economia da Cultura;
- Promoção da Cultura;
- Desenvolvimento Territorial da Cultura;
- História, Memória e Patrimônio.

Dentre estes Programas o que mais se destacou e ganhou notoriedade foi o Desenvolvimento Territorial da Cultura, que tornou a Secretaria uma referência no processo de interiorização e ampliação das ações para além de Salvador. Abaixo veremos os principais objetivos e ações de cada Programa.

#### **Gestão da Cultura**

Reuniu “iniciativas voltadas para a estruturação e o aprimoramento institucional e de gestão da cultura, como formulação de políticas e planos, apoio a instâncias de consulta e participação, projetos de descentralização e capacitação.”<sup>17</sup> (SECULT, S/D p.19).

O grande foco deste Programa era constituir um terreno fértil para implantação do Sistema Estadual de Cultura da Bahia, que teve como primeiro passo a aprovação da Lei Orgânica da Cultura (11/11/2012).

Consultorias da UFBA foram contratadas para apoiar a Secretaria na capacitação dos municípios (100) e Territórios de Identidade (cinco) para implantação de seus Sistemas de Cultura.

Outra ação desse Programa foi a realização de inúmeras videoconferências que permitiam o uso da tecnologia para que o assunto em debate pudesse ter a participação de todo o estado, através de uma parceria

---

<sup>17</sup> SECULT. Cultura é o quê? Relatório de Atividades 2007/2009. S/D p. 19.

com a Secretaria Estadual de Educação que possui uma rede de salas espalhadas por toda a Bahia, com infraestrutura para viabilização dessa ação.

Com um convênio firmado entre as universidades federais e estaduais, foi promovido um curso em gestão cultural em cinco Territórios de Identidade destinado aos representantes de grupos culturais, produtores, gestores municipais e produtores.

Através desse Programa de Gestão da Cultura e suas inúmeras ações, a Bahia foi escolhida pelo governo federal para sediar o curso piloto do MinC de Formação de Gestores Culturais, em parceria com o SESC/São Paulo, contando com a participação de um Dirigente Municipal de Cultura de cada Território de Identidade da Bahia, um representante de cada Instituição Pública de Ensino Superior do Estado, de técnicos da Secult e dos 27 Representantes Territoriais da Secult, totalizando 65 participantes.

Ainda nesse processo de formação temos iniciativas das mais diversas dentro do campo técnico e artístico realizados pelas Vinculadas: FUNCEB, FPC, IRDEB e IPAC, bem como através de setores específicos da estrutura da Secult, como o Centro Técnico do Teatro Castro Alves.

### **Fomento à Economia da Cultura**

Envolveu projetos relacionados ao desenvolvimento da cultura como segmento econômico, incluindo-se aí a estruturação das bases de informações e indicadores, criação de novos mecanismos de financiamento, processos de certificação e incentivo a redes e a elos das cadeias produtivas.

### **Promoção da Cultura**

Inclui projetos e atividades relacionados ao fomento e a dinamização da criação, produção e circulação de bens e serviços culturais, difusão e intercâmbio, formação artístico-cultural e gestão de espaços. Contém o maior elenco de iniciativas e envolve todas as unidades da Secult nas suas respectivas áreas de atuação. A principal ferramenta utilizada para execução desse Programa são os editais públicos, os cursos e oficinas.

## **Desenvolvimento Territorial da Cultura**

Contém ações direcionadas para a estadualização e a descentralização, tendo como referência o modelo de regionalização em Territórios de Identidade da Bahia. Dentro dessa perspectiva, criou-se a função Representante Territorial de Cultura que passou a ser o elo de comunicação entre a Secult e toda a Bahia.

Outra iniciativa importante para promover a descentralização foi a criação de cotas por Território de Identidade para editais específicos e a difusão dessa nova ideia de planejamento para as vinculadas da Secult (IRDEB, IPAC, FUNCEB, FPC), pois já existiam anteriormente a criação da Secult e cada uma possuía uma dinâmica diferenciada para sua atuação. Dessa maneira, o processo de descentralização das ações da Secult e adoção dessa nova política passam por um processo de sensibilização interna, respeitando as peculiaridades de cada segmento.

## **História, Memória e Patrimônio**

Abarca a preservação, recuperação, proteção e dinamização do patrimônio edificado e imaterial e da memória histórica e documental da Bahia. As ações incluem o registro de manifestações culturais, a elaboração de estudos para o tombamento de bens edificados e registro de bens imateriais, a implementação de projetos de restauração e o acompanhamento, orientação, fiscalização e execução de obras de conservação e recuperação de monumentos.

## **Programa de Apoio a Filarmônica**

Criado em 2010, este programa vem a reconhecer um patrimônio cultural importante de nossa história, que em muitos municípios são as únicas entidades culturais formalmente constituídas e que promovem a difusão da música erudita e popular.

Destina-se a apoiar a compra de fardamentos e instrumentos através do repasse de verba as filarmônicas e visa lançar um catálogo bilíngue do mapeamento dessas entidades espalhadas no território da Bahia além da criação de um portal voltados para difusão, bem como prevê a qualificação de Mestres e Músicos, para aperfeiçoamento de metodologias de ensino de música e disponibilizar Cursos de Reparos em Instrumentos, com oficinas para jovens.

#### **1.5.4 - Programas e Ações da Secult – 2011 à 2012**

Nesse breve período que a Secult tem Albino Rubim como Secretário, passamos a ter uma consolidação ainda maior do foco inicial da Secretaria no que tange ao Desenvolvimento Territorial da Cultura, mas se sobressai em sua gestão a preocupação com a qualificação dos setores e gestores culturais, criando o Programa Qualicultura que é desenvolvido em parceria com o SEBRAE e é voltado para realização de cursos e oficinas destinados aos setores criativos da Bahia no campo da gestão e elaboração de projetos culturais.

Devido ao curto tempo na gestão da Secult e por ainda estar em processo de construção de suas ações, não irei avaliar as ações dessa atual gestão, apenas indicar que esse princípio da gestão de Rubim sinaliza um processo de qualificação das ações iniciadas na gestão de Meirelles visando dar continuidade à democratização, descentralização e fomento da cultura.

## CAPÍTULO II - O PROGRAMA CULTURA VIVA E O MAIS CULTURA

Durante este capítulo conheceremos mais a fundo o Programa Cultura Viva com foco nos Pontos de Cultura, a sua dinamização com a implantação do Mais Cultura e a estratégia de desenvolvimento da gestão institucional da cultura do Estado da Bahia sob a ótica dos Territórios de Identidade.

### 2.1 – Cultura Viva: um Programa sob a ótica da dimensão ampliada da cultura

Seguindo premissas de valorização da diversidade cultural brasileira e ao mesmo tempo ciente dos riscos oriundos da padronização dos hábitos e costumes, frutos da cultura de massa, o MinC, por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC, desenvolveu, em 2004, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, reconhecido como Programa Cultura Viva, que foi criado e regulamentado por meio das Portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura, sendo concebido para resgatar, incentivar e preservar a cultura brasileira.

Iniciou formado por cinco ações: Pontos de Cultura (convênios); Escola Viva; Griôs; Cultura Digital e Cultura e Saúde, sendo todas as atividades vinculadas aos Pontos de Cultura, por isso que os Pontos de Cultura ganharam a relevância maior dentro do Programa e se tornou o carro chefe.

TABELA 3 – Programa Cultura Viva e suas ações

PROGRAMA CULTURA VIVA	
AÇÕES	FINALIDADE
<b>Griôs</b>	Griô é uma versão abasileirada da palavra francesa griot, que designa os contadores de história, responsáveis, nas sociedades africanas, por carregar consigo a tradição oral na qual é transmitida a história de sua comunidade e o patrimônio da cultura local.

	<p>A ação Griô tem como objetivo a implementação de uma política de reconhecimento e valorização da tradição oral representada pelos “contadores de causos” espalhados por todas as regiões do Brasil. Esta tradição é mantida por pessoas que aprenderam com seus antepassados e os repassam em forma de narrativas. É a eles que é dado o nome de griôs. Dessa maneira o MinC visa redescobrir os mestres da tradição oral, que têm sua maneira peculiar de ver a vida e recontá-la às novas gerações. Esta ação tem promovido uma aproximação entre a educação formal e o saber tradicional, estimulando o fortalecimento da identidade local.</p>
<p><b>Cultura Digital</b></p>	<p>Esta ação visa a integração entre os Pontos de Cultura, permitindo uma nova ótica do mundo registrada pelas lentes dirigidas por um público que em sua grande maioria não tinha acesso a tais tecnologias. Dentre os equipamentos que fazem parte do kit que o Ponto de Cultura recebe estão: mesa com dois canais de áudio, filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição para produção de conteúdos multimídia, conforme a vocação do ponto de cultura.</p>
<p><b>Escola Viva</b></p>	<p>Esta ação tem como objetivo integrar a escola e os Pontos de Cultura como política pública de colaboração na construção de conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Esta relação que se estabelece entre os educadores, os alunos, a entidade da sociedade civil proponente do Ponto de Cultura e seus articuladores, contribui para troca de experiências e valorização da cultura como</p>

	<p>ferramenta de formação social.</p> <p>“É a intenção do Programa Escola Viva desenvolver o “saber-fazer” e o “saber-ser” nas diversas manifestações, linguagens estéticas e culturais como propostas de ação para os sujeitos no ambiente escolar. São concedidos prêmios e bolsas para professores e alunos que são selecionados por meios de edital. Esta relação entre Educação e Cultura permite vislumbrar uma nova perspectiva tanto para a Educação como para a Cultura como bases que sustentam a formação da cidadania.” (MinC, 2010)<sup>18</sup></p>
<b>Cultura e Saúde</b>	<p>A proposta da Ação Cultura e Saúde é promover e fomentar ações que utilizem as mais diversas linguagens culturais como formas de potencializar e democratizar o acesso à políticas de saúde em benefício da população brasileira. (MinC, 2008)<sup>19</sup></p>
<b>Pontos de Cultura</b>	<p>É o carro chefe deste Programa e visa a seleção através de edital público para firmar convênios com entidades da sociedade civil para promover e potencializar ações culturais que já desenvolviam e fomentar novas ações em suas comunidades. Esta ação será a que iremos desenvolver mais a fundo nesta pesquisa por se tratar do objeto desta dissertação.</p>

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio autor com base em informações disponíveis no site do MinC.

O Cultura Viva vem para mexer com as estruturas, traz para cena personagens que por muito tempo foram figurantes da vida cultural perante a

<sup>18</sup> Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/agente-escola-viva/>> Acessado em 15 de novembro de 2012.

<sup>19</sup> Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/10/edital-do-premio-cultura-e-saude/>> Acesso em 19 de janeiro de 2013.

gestão e os colocam como protagonistas. Desvenda, redescobre, valoriza e potencializa os atores que estão à margem do mercado, seja por não ter a expressividade que as agências de marketing consideram viáveis ou por não estarem organizados de acordo os padrões convencionais, o que leva muitas dessas culturas à beira da extinção. Novos valores são injetados nas gerações que se afloram por uma mídia cruel e capitalista e as culturas locais a cada dia mais são massificadas e encontramos mais do mesmo em todos os lugares. Este Programa vem para desmontar um Brasil homogêneo e apresentar os diversos Brasis.

Com a evolução do Programa, o Cultura Viva amplia-se e envolve novos focos de apoio e parcerias. Para dar forma a esta dinâmica, o MinC previa a concessão de prêmios e bolsas por meio de editais – sempre atrelados às necessidades e ao desenvolvimento dos Pontos de Cultura. São eles: Prêmio Cultura Viva, Prêmio Agente Escola Viva, Prêmio Agente Cultura Viva, Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto, Prêmio Cultura e Saúde, Prêmio Tuxaua, Prêmio Interações Estéticas, Prêmio Pontos de Mídia Livre, Prêmio Areté, Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, Prêmio Ludicidade e Pontinhos de Cultura. (MinC, 2012)<sup>20</sup>

O Programa Cultura Viva foi a marca da gestão de Gilberto Gil em sua passagem pelo MinC, desvendando novas aspirações e transformando um olhar restrito da cultura para uma dimensão mais ampliada. Além das expressões artísticas, os fazeres e saberes popular, os valores, as memórias, os processos da interação social e o simbólico são reconhecidos como cultura.

É um Programa que vem com uma força ideológica tão grande, que cresce de tal maneira, que os instrumentos jurídicos não conseguem acompanhá-lo. O público alvo do Cultura Viva é formado por “populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural” (MinC, 2004)<sup>21</sup>. Para que não venham a sofrer e se deixar abater com a legislação vigente, necessita-se de marcos mais eficazes e adequados a este novo público, para que a filosofia do Programa possa ser efetivada de fato.

---

<sup>20</sup> MinC. Cultura Viva. 21 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/?s=mais+cultura&submit=>> Consultado em 13 de novembro de 2012.

<sup>21</sup> Artigo 3º da Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004.

Em seu livro “Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima”, Célio Turino também traz essa questão:

O Estado não está preparado para se relacionar diretamente com o povo. A burocracia é uma necessidade, mas as leis e normas que a regulam são de um tempo em que a maior parte da sociedade estava excluída do exercício da cidadania. O emaranhado legal e a insuficiente estrutura de gestão e acompanhamento provocaram (provocam) grande instabilidade. (Turino, 2009 p. 38)

A ideia central defendida pelo MinC à respeito do Cultura Viva é desbravar o Brasil, valorizando e fomentando iniciativas antes ocultas e excluídas, mas que já vem sendo desenvolvidas nas comunidades. É a hora de reconhecer os brasis e dar a essa pluralidade o seu alicerce onde se fincam três grandes pilares: protagonismo, autonomia e empoderamento. Podemos perceber claramente esse discurso no texto de Juca Ferreira, ex-ministro da cultura, na publicação do MinC (2008) “*Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania*”.

Um programa que não censura opções estéticas; não restringe manifestações; não impede trocas entre linguagens (unindo ou contrapondo ruptura e tradição); não dá voz, imagem ou gesto apenas ao consagrado; amplia a massa crítica para colaborar na fruição da arte, não só como consumidores ou passivos espectadores, mas como criadores ativos, com impacto em suas relações econômicas, pelo acesso e, também, a informações e ferramentas que os fazem produtores. Criadores de vida e da própria vida. Sujeitos de si e conscientes do meio. (idem, p. 07)

Mas, esse novo e ousado Programa, considerando a implementação dos Pontos de Cultura, traz em seu bojo complexos entraves burocráticos. Américo Córdula, Ex-secretário de Identidade e da Diversidade Cultural do MinC e atualmente Diretor de Políticas Culturais, retrata muito bem a consciência que a equipe do MinC tem em relação às dificuldades que esta ação do Programa Cultura Viva terá que enfrentar, em seu texto contido no Catálogo intitulado “*Seminário Internacional do Programa Cultura Viva – Novos Mapas Conceituais*”.

Mas nem tudo é fácil (...), é um processo complexo cheio de barreiras e entraves burocráticos. Mas este governo está aqui justamente para isso, reformar leis e decretos que possam alterar mecanismos de controle, principalmente os referentes a utilização de dinheiro público

(...). Procedimentos já estabelecidos, no entanto, não convivem com a ousadia de um programa de inclusão da diversidade cultural, que nunca teve a oportunidade de ser atendido pelo Estado. (BRASIL, 2009 p. 19)

Sendo assim, os mecanismos de fomento precisam ser mais flexíveis e dinâmicos, o que não invalida a necessidade destas entidades se capacitarem e se apropriarem deste espaço que lhes tem sido concedido, não mais para ser um espectador, mas para ser o produtor da cultura. Diferentemente dos editais de premiação, tais como o edital de Premiação Culturas Indígenas - Edição Marçal Tupã-y e do Mestre da Cultura Popular Dona Isabel que as inscrições já podem ser realizadas de forma oral, os Pontos de Cultura ainda possuem um formato inadequado para estabelecer vínculos com estas entidades da sociedade civil, em sua grande maioria, frágeis em suas estruturas.

De maneira mais específica, Sophia Rocha que coordenou a ação estadual dos Pontos de Cultura da Bahia (2008- 2009), faz uma reflexão em seu artigo “A Estadualização do Programa Cultura Viva e seus Desafios”, que integra a publicação do MinC “Programa Cultura Viva: Análises e Observações”, originária do contexto do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva que aconteceu entre os dias 18 e 20 de novembro de 2009, em Pirenópolis/GO:

O Programa Cultura Viva representa um avanço nas políticas culturais no Brasil. Apesar disso, não se pode desconsiderar as dificuldades e os problemas enfrentados, tanto pelos Pontos de Cultura, quanto pelo próprio governo. O Programa que cresceu rapidamente nesses últimos cinco anos tem muito desafios. Administrar um Programa tão rico de conteúdo e tão livre na forma dentro da pesada ordem burocrática e da excessiva rigorosidade formal do Estado é tarefa extremamente difícil, e ultrapassa o limite de uma gestão eficiente. (BRASIL, 2009 p. 48)

A deficiência no quantitativo de recursos humanos do MinC para atender a uma demanda tão grande exigida por esta ação dos Pontos de Cultura, dificultava ainda mais este diálogo entre Estado e Sociedade civil. Esta reduzida equipe tinha que controlar e monitorar a documentação necessária do convênio, acompanhar os planos de trabalho das entidades e avaliar as prestações de contas. Todo este processo tornava-se ainda mais complexo pelo fato de todas estas etapas serem executadas à distância, já que a equipe estava sediada em Brasília gerindo uma ação distribuída por todo o território brasileiro, com

experiências diversas e graus de dificuldades de todo nível, dificultando a fiscalização e o acompanhamento qualitativo do projeto.

Dados estatísticos e publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010 - 2011), como por exemplo, o livro "Cultura Viva - Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania" (2010) que é resultado do acúmulo de conhecimentos do Ipea no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas, resultando em um olhar simultaneamente compreensivo e crítico do programa, constatou que:

Na verdade, constatou-se que o Estado brasileiro ainda não tem instrumentos adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e forma de execução do "Programa Arte Cultura e Cidadania- Cultura Viva" e que, portanto, é necessário capacitá-lo, dotando-o de instrumentos jurídicos e de gestão adequados para que o programa persiga objetivos da cidadania cultural.(IPEA, 2010 p. 09)

O Programa surge com todos seus entraves, mas devido os resultados apresentados, ganha espaço político para crescer e se estruturar, pois apesar de todos esses pesares, uma revolução quase que silenciosa começa despontar no campo das políticas públicas culturais. Turino traz uma reflexão sobre essa questão:

O modelo de convênio entre governo e entidades não é apropriado à emergência de novos atores sociais, suas regras são inadaptaáveis à vida real. E o são porque o papel do Estado capitalista e de seu aparato burocrático é manter seu *status quo*. Mesmo assim foi o caminho adotado, pois naquele momento era a única alternativa disponível. Um modelo burocrático mais eficaz teria sido melhor, mas não havia tempo, nem seria possível idealizá-lo sem que houvesse uma experiência concreta. (Turino, 2009 p. 45)

Para se ter uma ideia da importância do programa no MinC, a tabela a seguir apresenta o desempenho e a evolução financeira dos programas ministeriais. Note-se a relevância do Programa Cultura Viva em termos orçamentários, ficando atrás apenas do Programa “Brasil, Som e Imagem” e do “Engenho das Artes”:

**TABELA 4 – Execução Financeira dos Programas do Minc (2008, 2009 e 2010)**

	2008			2009			2010		
	Liquidado	Total (%)	Nível de Execução (%)	Liquidado	%Total	Nível de Execução (%)	Liquidado	%Total	Nível de Execução (%)
Brasil Patrimônio Cultural	<b>57.600</b>	9,52	68,2	<b>61.491</b>	7,48	85,8	<b>38.154</b>	3,95	43,8
Livro Aberto	<b>91.900</b>	15,18	85,1	<b>88.020</b>	10,70	80,9	<b>55.467</b>	5,75	26,1
Brasil, Som e Imagem	<b>136.000</b>	22,47	75,6	<b>216.269</b>	26,29	95,4	<b>243.500</b>	25,20	71,0
Museu Memória e Cidadania	<b>42.800</b>	7,07	93,5	<b>40.548</b>	4,94	90,3	<b>36.079</b>	3,74	67,3
Cultura Afro-Brasileira	<b>10.000</b>	1,65	29,5	<b>17.119</b>	2,08	87,6	<b>13.244</b>	1,37	68,8
Monumenta	<b>43.000</b>	7,11	87,9	<b>37.380</b>	4,55	83,8	<b>72.384</b>	7,50	50,5
<b>Cultura Viva</b>	<b>119.700</b>	<b>19,77</b>	<b>84,3</b>	<b>125.572</b>	<b>15,27</b>	<b>85,6</b>	<b>107.877</b>	<b>11,17</b>	<b>52,6</b>
Engenho das Artes	<b>89.300</b>	14,75	32,8	<b>219.368</b>	26,67	76,3	<b>386.036</b>	39,96	63,3
Brasil Plural	<b>7.200</b>	1,19	78,4	<b>8.951</b>	1,10	98,3	<b>7.708</b>	0,80	65,4
PRODEC	<b>7.800</b>	1,29	93,9	<b>7.486</b>	0,92	72,0	<b>5.422</b>	0,56	54,2
<b>Total das Atividades Fins</b>	<b>605.300</b>	<b>100</b>	<b>64,9</b>	<b>822.606</b>	<b>100</b>	<b>64,1</b>	<b>965.973</b>	<b>100</b>	<b>64,5</b>

Tabela organizada pelo próprio autor.

Fonte: Análise Ipea Sobre as Políticas Públicas de 2008-2009 p. 159.

Análise Ipea Sobre as Políticas Públicas de 2012 p. 180.

Obs.: Esta tabela considera o percentual de participação levando-se em consideração apenas os valores do orçamento destinado às Atividades Fins e não o orçamento total disponível para o MinC.

Podemos perceber que no caso do Cultura Viva, de 2008 para 2010, acontece uma redução da capacidade de execução orçamentária de quase nove pontos percentuais, dos recursos do MinC destinados ao Programa. O valor expresso na coluna “liquidado” não significa o valor orçamentário destinado ao projeto, mas sim o que se conseguiu transferir do Estado para as organizações da sociedade, ao longo do exercício. Em 2010, considerando o valor liquidado da ordem de R\$107.877,00, que representa apenas 52,6% do orçamento,

deduz-se que o Programa foi contemplado com um valor total acima de duzentos mil reais naquele ano, aumentando significativamente a sua participação orçamentária em relação aos anos anteriores. Neste sentido percebe-se de fato a existência de entraves burocráticos crescentes dos convênios celebrados entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que a execução dos recursos previstos no ano de 2010 em relação a 2009 difere em 33 pontos percentuais.

Na tabela a seguir podemos verificar de maneira mais clara a evolução do Programa Cultura Viva dentro de um período maior e considerando desde o ano de sua criação. Um fator importante a ser verificado nessa tabela é a discrepância entre o RP (Restos a Pagar) e o valor efetivamente pago no ano devido, o que demonstra que realmente as dificuldades para os repasses financeiros comprometem a execução do orçamento nas datas previstas, o que interfere na realização das atividades conforme planejado pelos proponentes em seus planos de trabalho.

**TABELA 5 – Demonstrativo Orçamentário do Programa Cultura Viva de 2004 – 2011**

Ano	Pago (do orçamento Anual)	RP Pago	Total Pago
2004	1.324.192,06	–	1.324.192,06
2005	28.983.190,37	1.291.997,35	30.215.187,72
2006	16.897.585,22	19.658.213,27	36.555.798,49
2007	12.015.080,20	12.606.625,30	24.621.705,40
2008	23.983.903,11	97.264.726,06	121.248.629,17
2009	36.002.160,46	75.099.851,89	111.102.012,35
2010	14.436.324,60	36.633.984,54	51.070.309,14
2011	12.247.842,72	57.807.470,83	70.055.313,25
Totais	145.830.278,64	300.362.869,24	446.193.147,88

Fonte: Apresentação *Cultura Viva em Números e sua Evolução 2004-2012*. Disponível no site do Minc e elaborada pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural através do endereço: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/03/Apresentacao-cultura-viva-2012-site.pdf>. Acesso em 06/03/2013.

## 2.2 – Mais Cultura – O PAC da Cultura

Em 2007, o Brasil dá uma guinada ainda mais forte para promoção da diversidade cultural promulgando em agosto de 2007, pelo Decreto nº 6.177, a ratificação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais que foi assinada em Paris, em outubro de 2005, na 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esta resolução que foi apoiada por 148 países, recebeu votos contrários apenas dos Estados Unidos e de Israel, que no caso dos Estados Unidos, viam nessa proposta a perda de mercado, principalmente no que tange a área cinematográfica.

A ratificação da Convenção vem para dar um impulso ainda mais forte aos princípios do Programa Cultura Viva, pois estão totalmente alinhados e dialogam no sentido da construção de um cenário propício ao fomento do conceito ampliado da cultura. Na publicação do Ipea intitulada “políticas sociais – acompanhamento e análise” , lançada em março de 2008 verificamos que

A ratificação é convergente com os princípios que vêm sendo adotados nas políticas culturais brasileiras, quais sejam: respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, soberania, igual dignidade e respeito por todas as culturas, solidariedade e cooperação internacionais, complementaridade entre aspectos econômicos e culturais, desenvolvimento sustentável, acesso eqüitativo, abertura e equilíbrio (favorecimento à interconexão e valorização de outras culturas do mundo). (IPEA, 2008 p.120)

É então que na segunda fase da gestão do governo Lula, em outubro de 2007, foi criado o Programa Mais Cultura – PAC Cultural, da agenda social do governo federal, que desta forma, foi possível descentralizar a gestão dos recursos dos Pontos de Cultura e demais ações, promovendo a estadualização e municipalização (que prevê 2/3 dos recursos do MinC e 1/3 dos recursos das Secretarias Estaduais de Cultura), compartilhando as responsabilidades com os entes federados e com a perspectiva de melhorar a gestão, ampliando seus horizontes e aproximando-se mais dos atores beneficiados com o Programa, criando um diálogo mais próximo entre o Estado e sociedade.

O Programa Mais Cultura, tem como objetivo de acordo o Decreto 6.226, de 04 de outubro de 2007:

Art. 1º Fica instituído o Programa Mais Cultura, com os seguintes objetivos:

I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;

II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e

III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

O Mais Cultura representa o reconhecimento da cultura como necessidade básica, como direito de todos os brasileiros. Coloca a cultura no mesmo patamar da alimentação, da saúde, da moradia, da educação, da segurança e do voto. Vem para dar maior centralidade à cultura, reconhecendo-a como um vetor de desenvolvimento, dando-a status de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e desigualdade social.

O Mais Cultura dá uma visibilidade maior para o MinC e o torna um Ministério cada vez mais forte politicamente, uma vez que atua na perspectiva de parcerias

Na perspectiva de cooperação, articulação e integração, o Ministério da Cultura estabelece parceria com ministérios, bancos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil, além de assinar acordos com governos estaduais e municipais para a implementação das ações do Mais Cultura. (MinC, 2012)<sup>22</sup>

Dentre estas parceiras estão as já firmadas junto aos Ministérios e outros organismos fortes e reconhecidos no cenário nacional e internacional.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-acoas/mais-cultura/> acesso em 20 de janeiro de 2013.

Em grande parte o programa é marcado pela multiagencialidade, ou seja, dele participam vários ministérios e instituições, inclusive estaduais e municipais. Foram assinados 26 acordos de cooperação com os ministérios da Justiça (MJ), da Educação (MEC), do Meio Ambiente (MMA), da Saúde (MS) e do Trabalho e Emprego (MTE) e com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Unesco, entre outros. (Ipea, 2008 p. 132)

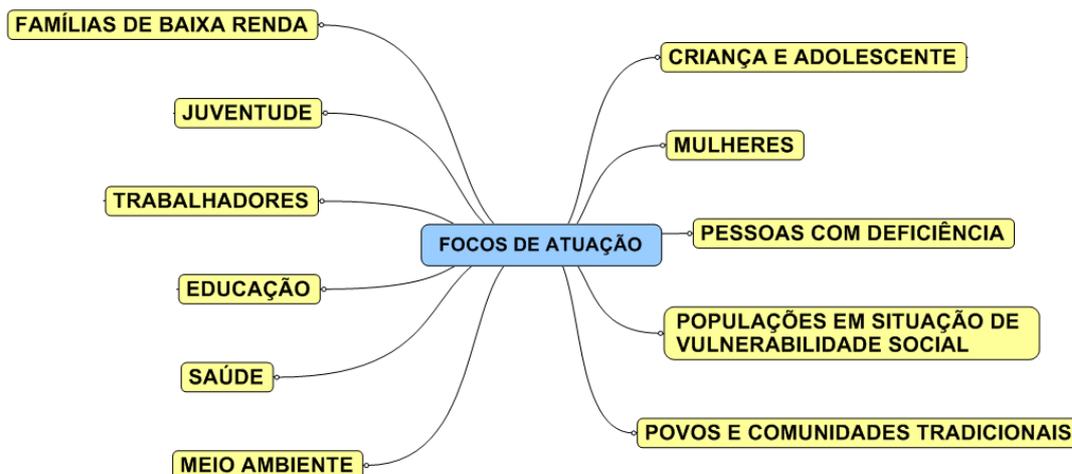
Sendo assim, o PAC Cultural se estrutura em três dimensões articuladas entre si: Cultura e Cidadania, Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Estas dimensões têm como objetivos\*:

- Garantir o acesso a bens culturais;
- Promover a autoestima e inclusão social;
- Qualificar o ambiente social das cidades, apoiando no incremento de equipamentos culturais já existentes bem como ofertando a possibilidade de construção de novos equipamentos culturais;
- Criar oportunidade de trabalho, emprego e renda.

\*Informações obtidas com base na apresentação do MinC sobre o Programa.

O Mais Cultura vem então para dar uma amplitude ainda maior ao que já vinha sendo desenvolvido pelo Cultura Viva, porém, criando uma estratégia de gestão cooperativa entre Ministérios, Entidades diversas e os demais entes federados. Tem como foco a transversalidade e os segmentos sociais considerados “minorias” como se pode ver na ilustração a seguir:

**FIGURA 3 – Foco de Atuação do Mais Cultura**



Fonte: Ministério da Cultura.

Dentre as principais ações que o Programa Mais Cultura potencializa e traz como novidades nós temos:

**Tabela 6 – Ações do Programa Mais Cultura**

<b>Ações</b>	<b>Já Existente/Nova</b>
<b>Pontos de Cultura</b>	Já Existia
<b>Pontões de Cultura</b>	Já Existia
<b>Pontinhos de Cultura</b>	Já Existia
<b>Pontos de Memória</b>	Nova
<b>Agentes de Leitura</b>	Nova
<b>Cine Mais Cultura</b>	Nova
<b>Vale Cultura</b>	Nova
<b>Capacitação Cultural</b>	Já Existia
<b>Microprojetos Culturais</b>	Nova
<b>Modernização e Implantação de Bibliotecas Públicas</b>	Já Existia
<b>Livros a preços populares</b>	Nova
<b>Programa para TV e Rádios Públicas</b>	Já Existia
<b>Espaço Mais Cultura</b>	Nova
<b>Microcrédito Cultural</b>	Nova
<b>Linhas de crédito para empresas culturais</b>	Nova
<b>Apoio as Comunidades Artesanais</b>	Já Existia

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio autor.

O Mais Cultura chega à Bahia em um momento histórico favorável, pois nesse mesmo período (2007) a Secretaria de Cultura e Turismo é desmembrada em Secretaria de Turismo e Secretaria de Cultura, dando autonomia de gestão para ambas. O estado da Bahia também se destaca por ter sido o primeiro estado a assinar o acordo de cooperação junto ao MinC (20/10/2007) no que concerne o Mais Cultura.

A Secretaria de Cultura então muda completamente sua direção, antes sendo subserviente aos anseios e diretrizes do turismo e passa a adotar os

Territórios de Identidade como base estratégica de suas ações. Os Territórios têm sido a referência para o desenvolvimento das ações da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, promovendo uma revolução no cenário baiano, com a descentralização de recursos e ações por todo o Estado, rompendo com a visão de que a Bahia é apenas a Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo. Esta ação de interiorização das ações do governo vem a ter um encontro harmônico com o que já estava sendo desenvolvido pelo MinC e fortalece essa conduta da nova Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, através do Mais Cultura.

A estadualização na Bahia acaba por refletir em menor grau, porém ainda existindo, as dificuldades que ocorreram no MinC, também possuindo recursos humanos restritos e temporários, pois a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia foi desmembrada da Secretaria de Turismo em 2007 e ainda não possui um Plano de Cargos e Salários.

Há na Bahia uma particularidade no acompanhamento dos projetos apoiados pelo Governo do Estado. Para cada Território de Identidade foi contratado um representante territorial da Secult, como parte da política de descentralização desta secretaria, o que tem possibilitado um diálogo mais próximo com a sociedade civil e com os poderes públicos municipais, bem como com os Pontos de Cultura, permitindo um acompanhamento periódico do desenvolvimento dos projetos contemplados, por estes funcionários que atuam na zona de ação dos Pontos, minimizando a ocorrência dos já citados problemas que aconteciam quando o convênio era diretamente com o MinC. Porém, estes funcionários também estavam sob o regime de contrato temporário, que depois de todo investimento em capacitação e preparação para atender as diversas demandas da Secult e suas vinculadas, nova seleção é aberta e volta-se ao marco zero.

### 2.3 – De Ponto em Ponto redescobre-se o Brasil

O ponto de cultura, sendo a ação prioritária do programa Cultura Viva, articula todas as suas demais ações. Para se tornar um ponto de cultura, é preciso que uma iniciativa da sociedade civil seja selecionada pelo MinC por meio de edital público. A partir daí, um convênio é estabelecido para o repasse de recursos, e o ponto de cultura se torna responsável por articular e impulsionar ações já existentes em suas comunidades. O ponto de cultura não tem um modelo único de instalações físicas, de programação ou de atividades.

Cada um dos pontos recebe uma quantia de R\$ 60 mil/ano, por três anos, para investir de acordo com o plano de trabalho do projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, é utilizada para aquisição de equipamento básico multimídia em software livre, composto por microcomputador, mini estúdio para gravação de CD, câmera digital e outros materiais que sejam importantes para o ponto de cultura. Esta iniciativa está integrada a uma das ações do programa Cultura Viva, a Cultura Digital.

Os Pontos de Cultura são a chave para sedimentação do Cultura Viva, que nada mais é que uma ferramenta que permite ao governo reconhecer a importância daquela expressão cultural e da sua legitimidade junto à comunidade em que atua. Não há formato único, pronto, fechado, há sim espaço garantido para a expressão da pluralidade característica da cultura brasileira.

Como podemos ver no texto que está na publicação do MinC (2008) “Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania” que apresenta o Programa Cultura Viva e dá detalhes sobre suas ações, o Ministério resgata o discurso de posse do ex-ministro Gilberto Gil para referenciar o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura:

Enfim, o Ponto de Cultura é “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País (...)”. Será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço de disponibilidade para a aventura e ousadia. O espaço da memória e da invenção. (BRASIL, 2008 p.15)

A partir dos Pontos de Cultura surgem novas iniciativas utilizando os mesmos princípios e visando o fortalecimento dessa rede que tem crescido cada vez mais. Surgem, então, os:

**Pontões de Cultura.** Quando em uma localidade houver certa densidade de pontos de cultura, o MinC propõe a constituição de pontões. Grupos de pontos e governos locais também podem pleitear a condição de pontão de cultura. Os pontões são articuladores dos pontos de cultura de suas áreas de especialização, ligados às ações nacionais do programa Cultura Viva, Griô, Cultura Digital, Escola Viva e Cultura e Saúde, auxiliando na capacitação desses pontos de cultura e na difusão do conhecimento por eles produzido. Os pontões são constituídos de, no mínimo, dez pontos de cultura, geridos em consórcio e que recebem recursos de até R\$ 500 mil por ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas, privadas e governos locais.

**Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.** Criado na Teia<sup>23</sup> 2007, o fórum, reconhecido como a instância política dos pontos de cultura, reúne representantes dos fóruns estaduais, das ações nacionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. Tem como objetivos fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro e debater os avanços e desafios na gestão compartilhada do programa Cultura Viva.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura articula a participação dos pontos de cultura nos encontros e fóruns setoriais e regionais que garantem a representatividade de sua participação no fórum e nos encontros e seminários de estruturação do Sistema Nacional de Cultura, visando ao reconhecimento do programa Cultura Viva não como política de governo do MinC, mas como política de Estado.

---

<sup>23</sup> A Teia é o encontro nacional, regional ou estadual dos Pontos de Cultura que têm como objetivo reunir representantes e integrantes dos Pontos de Cultura em uma grande comunhão, visando o intercâmbio e a integração cultural e das experiências mais diversas que constituem esse cenário.

**Pontinhos de Cultura.** É uma premiação de R\$ 18.000,00 destinada as entidades da sociedade civil organizada que desenvolvam ações voltadas para Cultura da Infância.

Os Pontinhos de Cultura visam mobilizar, sensibilizar e desenvolver conjuntamente com instituições públicas e entidades sem fins lucrativos a elaboração de atividades para a implementação e difusão dos direitos da criança e do adolescente, principalmente no que tange o direito de brincar enquanto patrimônio cultural. (MinC, 2010)<sup>24</sup>

Esse edital de premiação para ações voltadas para a cultura da infância tem como objetivo sedimentar uma política pública nacional voltada para esse fim, atendendo aos direitos previstos no Estatuto da criança e do adolescente, **Pontos de Memórias.** Também surgem no formato de prêmio e tem como proposta apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social.

Com metodologia participativa e dialógica, os Pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo. (Ibram)<sup>25</sup>

Esta iniciativa busca valorizar ações comunitárias, dando a elas a oportunidade de vislumbrarem o museu enquanto ferramenta de mudança social, fomentando o desenvolvimento local através do turismo, do fortalecimento da identidade local e criando um sentimento de pertencimento na comunidade beneficiada. Esta premiação tem valores distintos para duas situações: R\$ 30.000,00 para iniciativas no Brasil; R\$ 50.000,00 para iniciativas de brasileiros fora do Brasil.

É então que o Brasil passa a ser visto por um conjunto de pontos distintos em sua forma, em sua localização, em seus produtos, mas, iguais no que se refere à promoção e difusão da cultura. São pontos que ao serem reconhecidos pelo MinC enquanto produtores legítimos da cultura, passam a se portarem como protagonistas desse processo de inflexão que ocorre nas políticas culturais

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/pontinhos-culturaecidadania/>> Acesso em 23 de janeiro de 2013.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>> Acesso em 23 de janeiro de 2013.

do Brasil. É elevada a autoestima das pessoas que fazem parte desses projetos, nos recantos mais diversos desse imenso Brasil, até o momento em que os problemas gerados na continuidade dessa tão preciosa iniciativa vem a surgir através dos entraves burocráticos e desestimular esses novos atores que passam a reconhecer os seus direitos e batalhar por mais.

#### **2.4 - Território de Identidade: um novo olhar da Bahia**

Considerando-se as ciências sociais, a noção de território corresponde a distintas definições e contextos. “Os geógrafos, de maneira geral, consideram um território como uma porção de espaço delimitado e qualificado por um caráter específico natural, cultural, político e administrativo.” (Miranda C. e Tiburcio B., 2011 p. 37). Porém, percebe-se que há diferentes enfoques entre as correntes social, econômica e política da geografia.

Na corrente social temos como referência Milton Santos (1994-2007) que fala de “território usado” para diferenciar o enfoque sociológico do enfoque geográfico padrão. Este autor destaca a dimensão simbólica como representação coletiva para construção social do território, ou seja, o território é o que o grupo social reconhece como tal. Seguindo esta mesma lógica, temos Gumuschian (2002) que considera ser o território uma “realidade bifacial sendo o produto de uma ecogênese na qual são ativados em um sistema simbólico e informacional recursos materiais”. (In Miranda C. e Tiburcio B., 2011 p. 37). Este autor agrega ao aspecto simbólico o papel da informação na construção social.

Na geografia econômica, um território é definido essencialmente a partir das atividades produtivas, considerando-se as relações de proximidade entre os atores econômicos locais que podem se desdobrar em dois fenômenos: concentrações territoriais de empresas e/ou gerar projetos econômicos territorializados que levem a priorizar uma determinada característica do território (recursos naturais, atividade econômica, localização, etc.), promovendo estratégias para o fomento desta identidade. Sendo assim:

Sob a concepção econômica, o território evoca a dimensão das restritas relações econômicas, que concebe o território como sinônimo de recursos, da relação capital-trabalho ou da divisão “territorial” do trabalho. E a concepção naturista enfatiza as relações homem/natureza/sociedade manifestada na relação ambiental. (Perico R. E., 2009 pg. 57)

Na geografia política ou na sociologia política, o território é um lugar delimitado para o exercício do poder. Neste caso é considerada a atuação do Estado em sua escala local e às dinâmicas sociais ligadas à estrutura de poder. Então, este enfoque traz à organização espacial do Estado, considerando ser o território “uma unidade de governança pública, suscetível de ser definida por normas jurídicas que precisem seu status legal e sua função dentro da estrutura funcional do Estado.” (Miranda C. e Tiburcio B., 2011 p. 39).

Neste contexto, nos deparamos com os embates e conchaves políticos para determinação das estratégias de desenvolvimento e priorização de determinadas regiões em detrimento de outras.

É a partir da hibridação dessas diferentes formas de enxergar a construção dos territórios que chegamos aos Territórios de Identidade da SDT/MDA:

Em relação à hibridação dos processos de construção e de uso dos territórios segundo uma lógica de co-construção pelos atores locais e segundo a delimitação de um espaço de governança pelo Estado, destaca-se a experiência dos territórios rurais de identidade da SDT/MDA que, apesar de ter sido estruturada na esfera federal, faz referência a elementos simbólicos da agricultura familiar e à ação coletiva local. O processo de hibridação é ampliado ainda mais pela criação do programa governamental Territórios da Cidadania e por sua operacionalização usando o recorte e a institucionalidade dos territórios rurais de identidade. (Miranda C. e Tiburcio B., 2011 p. 41)

A abordagem territorial da SDT/MDA parte do princípio que não há mais como considerar o universo rural apenas se limitando à atividade agrícola e chegando a conclusão que

[...] a escala municipal é insuficiente para o planejamento e a organização (em termos de promover o desenvolvimento) e a escala estadual é ampla o bastante para dar conta da heterogeneidade e das especificidades locais. Reconhece ainda o acentuado movimento de descentralização das políticas públicas e assume o território na condição de unidade mais adequada para criar e desenvolver os laços de aproximação entre as pessoas, os grupos sociais e as instituições (MDA/SDT. Documentos Institucionais nº 2 In: Perico R. E., 2009 pg. 75)

O mais relevante desse novo processo de redimensionar as unidades de planejamento saindo da escala de estado e município e passando para uma escala intermediária, os Territórios de Identidade, é o fato de vir de baixo para cima. Parte de uma discussão entre o Estado e os atores sociais locais para se delimitar estas novas unidades.

O MDA nessa perspectiva de assumir os Territórios de Identidade como suas unidades de planejamento para aplicação de suas políticas públicas e adotou o seguinte conceito de território:

[...] espaço físico definido em termos geográficos, no geral contínuo, incluindo a cidade e o campo, caracterizados por critérios multidimensionais – entre eles meio ambiente, economia, sociedade, cultura, política, instituições e a população, com grupos sociais relativamente distintos e que se relacionam interna e externamente via processos específicos, onde é possível distinguir elementos indicativos da identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. In: Documentos Institucionais, nº 2, 2005).

O ponto de partida para a constituição dessas unidades de planejamento surgiu através da execução do Projeto Umbunzeiro financiado com recursos da SUDENE, que tinha como proponente a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste – ASSOCENE e visava agrupar blocos de municípios com características semelhantes, em vários pontos do Nordeste, para poder elaborar um diagnóstico e um planejamento para superar os entraves do desenvolvimento local. Esta ação era desenvolvida de forma participativa e criava parcerias com entidades públicas e privadas para agir estrategicamente na solução das dificuldades identificadas. Esses blocos de municípios eram chamados de territórios.

É então que o Programa de Infra-estrutura e Serviços Municipais, conhecido à época como “Pronaf Infraestrutura”, sofre ajustes e se transforma no Programa de Territórios de Identidade. A estratégia operacional do Pronaf Infraestrutura era

disponibilizar anualmente um volume de recursos para um conjunto de municípios, de forma isolada, selecionados entre os de menores IDH, transferidos para as Prefeituras Municipais, para aplicação na execução de obras e aquisição de equipamentos voltados para o desenvolvimento rural, mediante processo de eleição e deliberação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – os CMDRSs. (Dias W. J. V., 2010 p. 03)

Diante do reduzido orçamento, a SDT definiu que no primeiro ano (2003), seriam selecionados apenas 40 territórios rurais para iniciar o trabalho em todo o Brasil e a partir de tal experiência, buscar a ampliação do orçamento para revelar novos territórios. Dentre estes, quatro foram selecionados na Bahia: Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul e Velho Chico.

As reações ao pequeno número de territórios selecionados para receber apoio da SDT no estado da Bahia vieram logo em 2003, onde foi constituído um grupo de trabalho composto por órgãos públicos federais (SDT e INCRA) e Estaduais (SECOMP e CRA) e Organizações Sociais (ABONG, Pastoral Rural, MOC, CEALNOR, CETA e Fórum de Entidades) para aprofundar as discussões e montar uma proposta que mapeasse todos os territórios do estado e criassem critérios para incorporação de novos territórios para receber o apoio da SDT/MDA.

Este Grupo de Trabalho passou a se reunir mensalmente na sede do INCRA em Salvador e com o cruzamento de vários mapas, chegava-se a primeira formatação da divisão territorial da Bahia com 24 territórios de identidade. Em 2005 ocorre a primeira modificação com a inclusão do Território de Itaparica, em 2006 surge o Território do Piemonte Norte do Itapicurú e em 2012 surge o Território da Costa do Descobrimento.

Outro passo importante para solidificação dessa política em construção foi a criação (em 2004) da Coordenação Estadual de Territórios (CET) que ficou encarregada de representar os territórios junto aos governos federal e estadual, fortalecendo o diálogo e a articulação institucional. Mesmo sendo uma instância política informal, foi se consolidando e ganhando representatividade junto ao governo, sendo reconhecida pela SDT/MDA. A CET se constitui com representações:

- Do Governo Federal (SDT, INCRA, DNOCS, COFEVASF, CEPLAC e EMBRAPA);
- Do Governo Estadual (SEPLAN, SECOMP, CRA e SEI);
- Dos Movimentos Sociais (FETAG, FETRAF, MST, MLT, CETA e CUT);
- Das Organizações Não Governamentais (ABONG, MOC, SASOP, FUNDIFRAN, CEALNOR, FASE, CPT, TERRA VIVA, e IRPAA).

Fonte: Documento apresentado na Jornada de Intercâmbio Bahia/Sergipe em Desenvolvimento Territorial, realizada dias 02 e 03 de setembro de 2010 – Salvador/BA.

Dentre as ações mais relevantes realizadas pela CET podemos destacar:

- Coordenação do processo de definição dos Territórios de Identidade da Bahia;
- Organização de seminários e oficinas;
- Elaboração de mapas;
- Sistematização da metodologia aplicada em apoio ao desenvolvimento territorial;
- Levantamento e Organização de um documento com fontes de financiamento e políticas públicas a serem investidas nos territórios;
- Ampliação e democratização da discussão sobre a política de desenvolvimento territorial na Bahia.

Fonte: Documento apresentado na Jornada de Intercâmbio Bahia/Sergipe em Desenvolvimento Territorial, realizada dias 02 e 03 de setembro de 2010 – Salvador/BA.

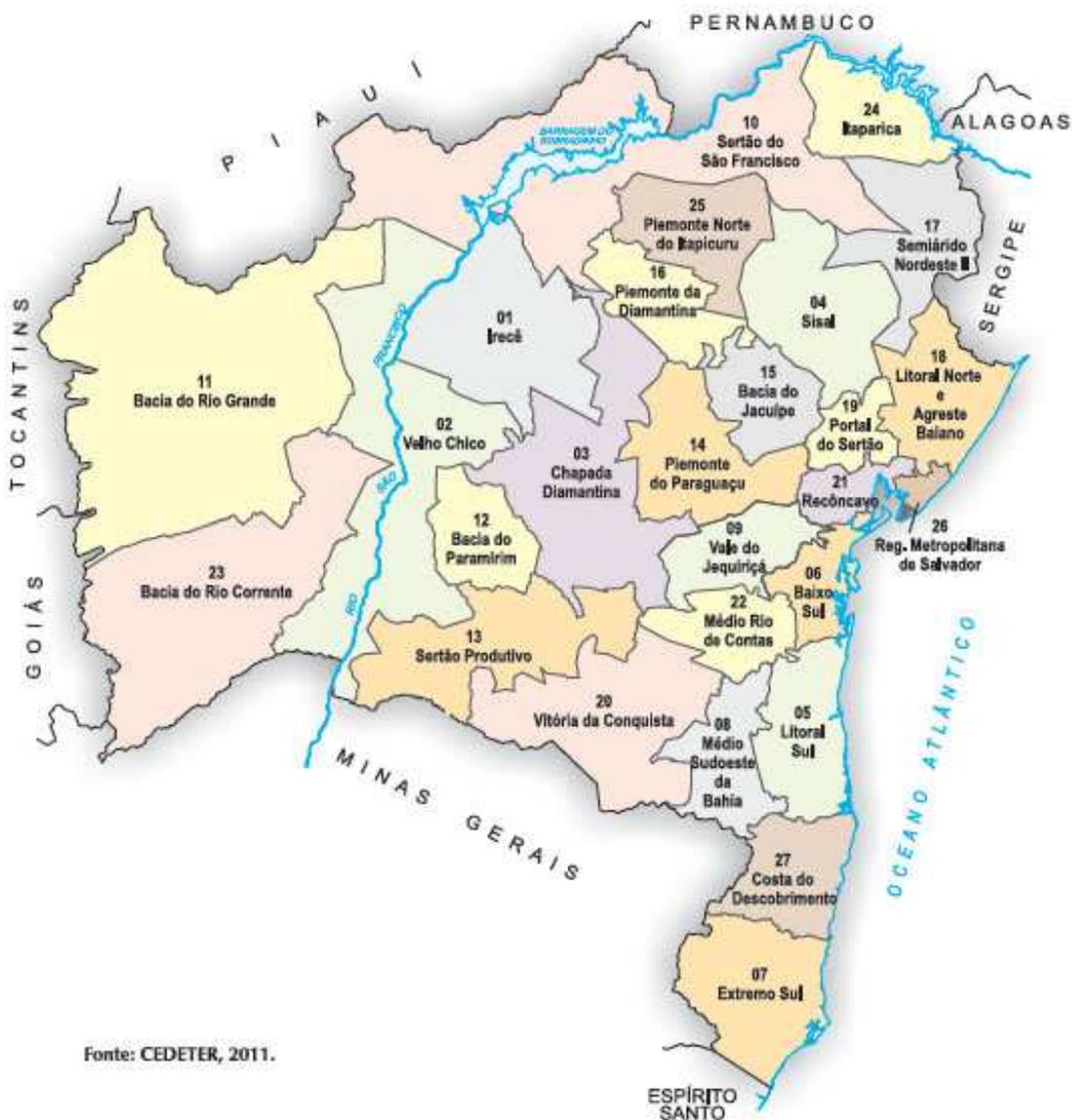
Vale Ressaltar que a Secult foi a primeira a aderir a essa nova proposta de planejamento que se implementava na Bahia, o que impulsionou a descentralização de suas ações, uma vez que passou a pensar estrategicamente suas ações com base nos Territórios de Identidade. A partir dessa iniciativa a Secult realizou:

- Conferências Territoriais – uma maneira de criar um espaço de escuta mais ampliado para sociedade civil poder expressar quais são seus anseios e demandas no âmbito local, estadual e federal;
- Lançou editais com cotas por Território – possibilitando dessa maneira a descentralização dos recursos para mais projetos a serem desenvolvidos no interior do Estado;
- Contratou Representantes Territoriais – profissionais que foram capacitados para servirem como um ponto de apoio para aproximação entre os diversos atores sociais de todo o estado e a

Secult, um elo de diálogo que tornou a Secretaria mais acessível a todos.

Após essa jornada de discussões para definição dos Territórios de Identidade da Bahia, o Estado finalmente reconhece oficialmente os Territórios de Identidade como unidades de planejamento e execução das políticas públicas através da Lei 10.705 de 14 de novembro de 2007. Hoje temos a divisão territorial da Bahia da seguinte forma:

**FIGURA 4 – Mapa dos Territórios de Identidade**



Fonte: CEDETER, 2011.

No âmbito Federal, considerando os 27 Estados da federação e o Distrito Federal, temos atualmente 166 Territórios reconhecidos e apoiados pela SDT/MDA e um número próximo de 85 outros Territórios que foram criados e estão sendo apoiados por iniciativas dos governos estaduais, que optaram pela territorialização completa de todo o seu espaço geográfico, como foram os casos da Bahia, de Sergipe, do Ceará, do Acre, do Pará, do Piauí, do Espírito Santo, do Rio Grande do Norte e de Goiás. Dentre esses estados, Bahia e Sergipe são os pioneiros em adotar os Territórios para servirem como base para os Planejamentos Plurianuais (PPAs) para o período 2008/2011.

Após a força política que ganha esse Programa dos Territórios de Identidade, mobilizando a princípio, preponderantemente, o público ligado diretamente às atividades rurais, surge em 2008 no contexto federal os Territórios de Cidadania que vêm agregar mais esforços para o desenvolvimento dessas novas unidades de planejamento considerando-se o baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

O Território de Cidadania é um desdobramento do programa anterior. A principal ideia por trás do programa é a necessidade de se pensar o desenvolvimento por meio da implementação de ações multissetoriais aplicadas de forma direcionada a áreas prioritárias, normalmente carentes. Seu objetivo é intervir nas causas estruturais para a pobreza rural. (Miranda C. e Tiburcio B., 2011 pg. 70 e 71)

Apesar de ser uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, esse programa passa a desenvolver ações transversais e em parceria com outros Ministérios, conforme lista abaixo:

- Casa Civil;
- Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Cidades;
- Ciência e Tecnologia;
- Comunicações;
- Cultura;
- Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Educação;
- Fazenda;
- Integração Nacional;

- Justiça;
- Meio Ambiente;
- Minas e Energia;
- Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Saúde;
- Trabalho e Emprego;
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
- Secretaria Geral da Presidência da República;
- Secretaria de relações Institucionais;

Fonte: Site dos Territórios da Cidadania: [www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)

Dessa forma podemos vislumbrar nos Territórios de Cidadania um exemplo de como o governo pode buscar ter unidade em suas estratégias de desenvolvimento, atuando de maneira cooperada entre seus diversos setores. Apesar de se ter um longo caminho a ser percorrido para atingir a eficiência ideal para sanar os problemas que levam esses Territórios a possuírem os índices mais baixos de IDH, mas há de convir que a longo prazo pode ser um caminho interessante a ser trilhado para se alcançar bons resultados.

Observa-se que o programa Territórios de Cidadania é um dispositivo objetivando a concentração e articulação de políticas públicas setoriais em determinados recortes territoriais o que pode ser analisado como uma preocupação de governança de políticas públicas. (Miranda C. e Tiburcio B., 2011 pg. 71)

É a partir destes cenários e contextos apresentados até aqui, que iremos partir para o próximo capítulo já conhecendo o Programa do qual os Pontos de Cultura fazem parte e como este Programa se insere nas Políticas Culturais, além de reconhecer o que são os Territórios de Identidade, que servem de unidades de planejamento para as ações da Secult, chegamos de fato ao recorte desta pesquisa, que são os Pontos de Cultura do Território Litoral Sul e os entraves burocráticos pelos quais passaram no desenvolvimento de seus projetos através do convênio firmado junto a Secult, como uma maneira de analisar a parte para tirar conclusões sobre o todo.

## **CAPÍTULO III - PONTOS DE CULTURA DO LITORAL SUL**

Neste capítulo iremos aprofundar sobre o recorte desta pesquisa, que são os pontos de cultura do Território de Identidade Litoral Sul, procurando reconhecer onde estão situados e quais as principais ações idealizadas pelos participantes do Programa Cultura Viva, além de perceber de que forma os entraves burocráticos tem impactado sob os prazos e a credibilidade desta política de fomento da cultura. Apesar de ser um recorte pequeno diante do conjunto nacional e até comparado ao cenário estadual, temos uma representação muito próxima da situação geral.

### **3.1 – Perfil do Território de Identidade Litoral Sul**

O Território de Identidade Litoral Sul – BA é o maior da Bahia em número de municípios, abrange uma área de 14.736,20 Km<sup>2</sup> e é composto por 26 municípios da região cacauzeira e cidades que possuem as praias mais bonitas do estado, atraindo pessoas de todo o mundo. Como acontece com todo Território constituído com base em diversas matizes, o Litoral Sul não é diferente, apresentando uma diversidade dentro da identidade.

Com base no censo do IBGE de 2010, o Litoral Sul possui uma população estimada de 780.365 habitantes, o que corresponde a 6,2% da população baiana. É um território formado por extremos. Possui o município de São José da Vitória com população estimada em 2010 de 5.715 habitantes, enquanto temos Itabuna com uma população superior a 204 mil habitantes (IBGE 2010).

É um território que em sua predominância depende dos repasses federais, principalmente do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), tendo como principal atividade econômica o setor de serviços e tem Ilhéus como cidade referência, no Brasil e no mundo, pela visibilidade obtida através das obras de Jorge Amado.

Em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) também temos disparidades grandes no território, enquanto Itabuna assume a 3º colocação no ranking da Bahia, temos Aurelino Leal na posição de 381º. O Litoral Sul é formado por muitos municípios de baixo IDH, como pudemos ver o caso de

Aurelino Leal, sendo assim, foi reconhecido como Território de Cidadania, passando a ter uma atenção especial do governo federal, que através desse programa investe de forma mais direcionada na região com a perspectiva de melhorar esses índices.

Os municípios que compõe o território são: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

**FIGURA 5 – Mapa do Território Litoral Sul**



Fonte: Site Seplan.

### 3.2 - Caracterizações dos Pontos de Cultura do Litoral Sul

No Litoral Sul temos 08 Pontos de Cultura selecionados no edital lançado pela Secult-BA em 2008 através do Programa Mais Cultura, o que corresponde a 5,3% do número de projetos total selecionados no estado (150 projetos selecionados). Temos uma concentração nas duas maiores cidades, Ilhéus com quatro projetos e Itabuna com dois, ficando Itacaré e Canavieiras com os outros dois pontos.

TABELA 7 - Distribuição dos Pontos de Cultura – Litoral Sul

MUNICÍPIO	QUANTIDADE
ILHÉUS	
ITABUNA	
ITACARÉ	
CANAVIEIRAS	

Tabela criada pelo próprio autor.

O edital lançado em 2008 previa a seleção de 150 pontos de cultura na Bahia, sendo esse universo distribuído em cotas territoriais para assegurar a descentralização. Caso a cota do território não fosse atingida na seleção ou não tivessem inscritos, essas vagas passariam a ser redistribuídas para uma concorrência geral considerando-se a pontuação.

A seleção acontecia em 03 etapas:

1. Análise documental – verificação dos formulários, documentos e adimplência junto à administração pública estadual;
2. Análise técnica – etapa em que os projetos recebiam pontuações e continuavam na seleção caso atingissem 50 pontos ou mais;
3. Análise de mérito – etapa final onde foram selecionados os 150 pontos de cultura respeitando-se as cotas territoriais e as pontuações dos projetos.

Sendo assim, o caminho traçado pelo Litoral Sul foi o seguinte:

- Cota – 09 projetos;
- Inscritos – 18 projetos;
- Classificados – 11 projetos;
- Selecionados – 09 projetos;
- Desistente – 01 projeto;
- Resultado Final – 08 projetos.

O Território Litoral Sul teve uma concorrência na proporção de 02 para 01, o que é considerado muito baixo se levar em consideração o número de municípios que constituem o território (27 municípios). Outra ressalva a ser feita é que apesar da descentralização que ocorreu em relação a capital, uma nova centralização aconteceu no caso do Litoral Sul, onde Ilhéus ficou com 50% dos projetos selecionados no território. Abaixo segue a descrição dos pontos.

**TABELA 8 - Proponentes dos Pontos de Cultura e atividades propostas - Litoral Sul**

<b>Município</b>	<b>Entidade Proponente</b>	<b>Principais Atividades do Projeto</b>
Ilhéus	EROS – Grupo de Apoio e Luta pela Livre Orientação Sexual do Sul da Bahia	Incentivar o amor, a arte e a cultura através do teatro.
Ilhéus	Sociedade Filarmônica Capitania dos Ilhéus	Oficinas de reforma de instrumentos de sopro, Comunicação e Jornalismo, história em quadrinhos, Formação de Arte educador.
Ilhéus	Associação Instituto Sul Baiano de Arte-Educação – IBARTE	Desenvolve ações nas áreas de arte-educação oferecendo oficinas de Dança, Música, Capoeira e Teatro, de informática, promovendo oficinas de informática, de recreação e esporte, desenvolvendo práticas esportivas como futebol, vôlei, basquete.

Ilhéus	Teatro Popular de Ilhéus	Registro do trabalho do teatro popular de Ilhéus, em vídeo e áudio, assim como das expressões regionais da cultura popular.
Itabuna	Banda Sinfônica de Itabuna	O Ponto desenvolve Oficinas de Música como: Inicialização Musical, Curso de Solfejo, Leitura Rítmica e Prática Instrumental.
Itabuna	ACAI – Associação do Culto Afro-Itabunense	Realiza oficinas de arte educação em cultura afro brasileira (dança, capoeira, percussão, contação de histórias), valorizando a tradição oral e ações de cidadania, junto as Comunidades de Terreiros da cidade e Região. Tem ação também junto à conselhos e fóruns Municipais, Territoriais, Estaduais e Nacionais, e junto aos governos municipal, estadual e federal, realizando e promovendo o controle e a participação social.
Itacaré	Libélula	Ações cultural-educativas para adolescentes femininas, campanhas informativas e palestras regulares na área de inclusão digital, inglês, artesanato, dança, música, teatro, direitos reprodutivos, cidadania e direitos humanos e de gênero.
Canavieiras	Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro	Atividades de música: musicalização infantil (com flauta doce), teoria musical, solfejo e ensino de instrumentos de sopro.

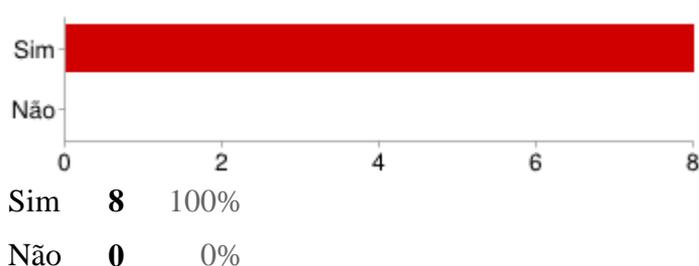
Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

Um fator comum a todos os pontos do Litoral Sul, como atividade principal ou secundária dos projetos apresentados, é a sua aproximação com a música. Outro destaque desse território é que três dos oito pontos atuam com ações

identitárias, dois voltados para gênero (EROS e Libélula) e um para africanidade (ACAI).

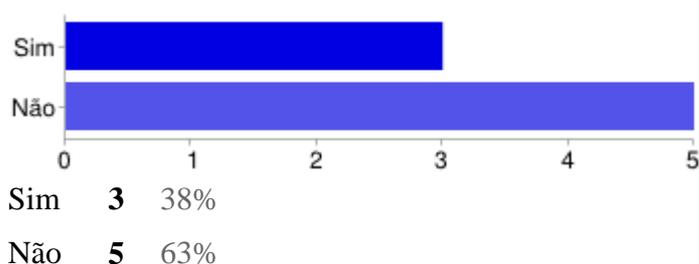
Temos ainda como era de se esperar, já que era um pré-requisito do edital, entidades que já desenvolviam atividades culturais antes do convênio, sendo essa contemplação enquanto ponto de cultura um reconhecimento não apenas de um projeto pontual, mas sim, do histórico da entidade enquanto promotora da cultura local. Uma característica marcante também é o fato de que 63% das entidades ainda não possuem uma sede própria e 75% atuam exclusivamente na zona urbana.

### GRÁFICO 1 – Atuação da entidade na área cultural antes do convênio



nte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

### GRÁFICO 2 - Quantidade de Pontos de Cultura que possuem sede própria

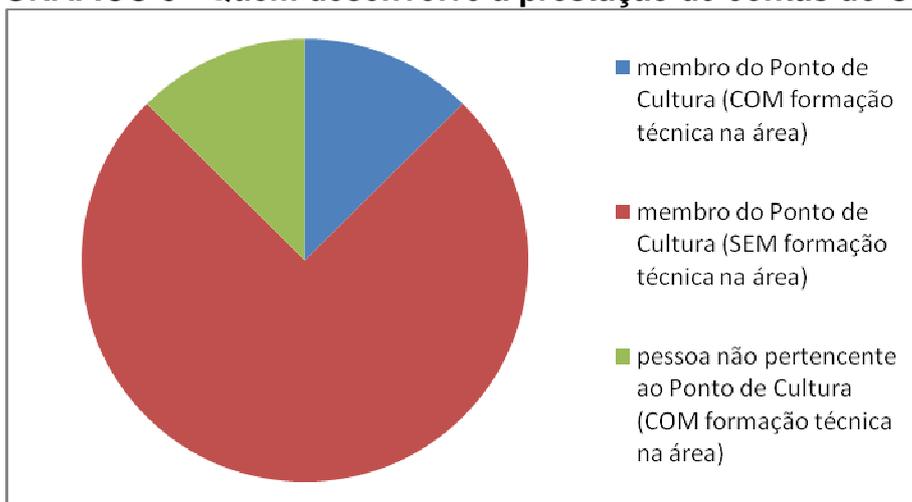


Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

Uma ressalva sobre este conveniamento é o fato de que os custos fixos da entidade, tais como o consumo de energia elétrica e água, além das despesas com a locação de sede (espaço físico) maior para aportar o desenvolvimento das atividades propostas, não podem ser custeadas pelos recursos do edital, uma vez que segue a Lei de Convênios (8.666). Para solucionar este entrave seria a criação de uma lei específica que considerasse suas peculiaridades.

Outro fator a ser revisado na estrutura do edital é o impedimento da contratação de um profissional com formação técnica que permita o acompanhamento e sistematização da prestação de contas do projeto, uma vez que tem sido o principal entrave burocrático para que o convênio seja atendido dentro dos prazos pré-estabelecidos, pois evitaria que fossem geradas tantas diligências nas análises dos processos.

**GRÁFICO 3 - Quem desenvolve a prestação de contas do Convênio**



membro do Ponto de Cultura (COM formação técnica na área)	<b>1</b>	12,5%
membro do Ponto de Cultura (SEM formação técnica na área)	<b>6</b>	75%
pessoa não pertencente ao Ponto de Cultura (COM formação técnica na área)	<b>1</b>	12,5%
pessoa não pertencente ao Ponto de Cultura (SEM formação técnica na área)	<b>0</b>	0%

Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

**GRÁFICO 4 – Quantos entrevistados consideram um agravante não poder contratar um profissional técnico (contador, administrador, economista, etc.) para realizar o processo de gestão e prestação de contas do convênio.**



Sim **7** 88%

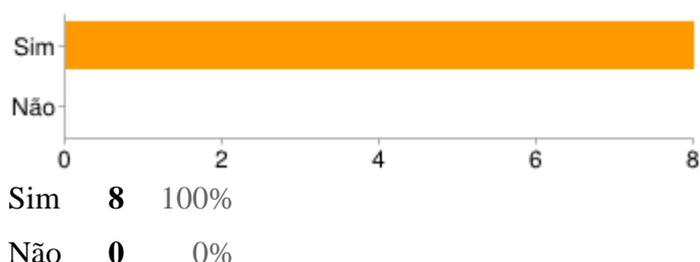
Não **1** 13%

Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

Mesmo com os atrasos dos repasses dos recursos do edital de pontos de cultura, por conta das dificuldades que as entidades têm em gerir os recursos públicos que vem permeado de peculiaridades no seu uso e pelos trâmites dos processos na estrutura governamental que é morosa, as entidades passaram a recorrer à participação em outros editais.

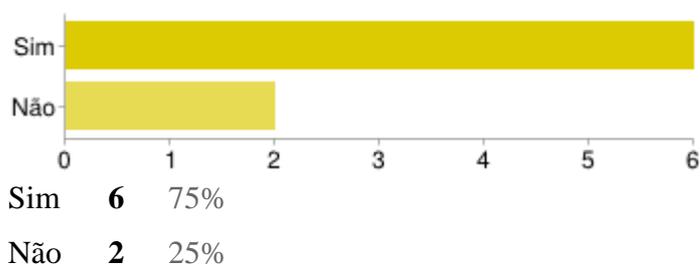
O que se observa é que o exercício administrativo enquanto Pontos de Cultura capacita os seus gestores, aumentando a sua confiança e chance de obter êxito nos editais públicos, que passaram a se reconhecerem como capazes, despertando o sentimento de protagonistas e de credibilidade no processo de captação de recursos, mesmo tendo consciência das dificuldades que ainda possuem perante a burocracia. Há também de se considerar que o fato de serem pontos de cultura, são avaliados com um olhar diferenciado pelas comissões, como se o fato de ter se tornado ponto de cultura tivessem ganho um “selo de qualidade”.

#### **GRÁFICO 5 - Atraso no repasse de alguma parcela dos recursos**



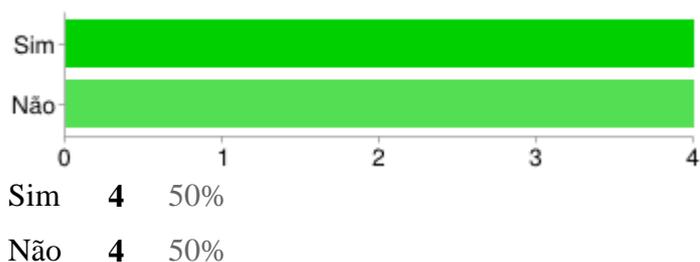
Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

#### **GRÁFICO 6 – Quantos Pontos se sentiram estimulados a concorrer em novos editais**



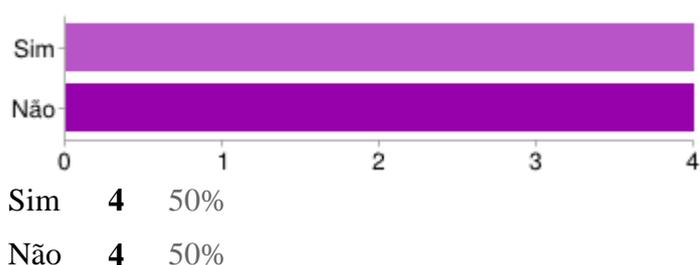
Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

### GRÁFICO 7 – Proponentes que foram aprovados em mais algum edital da área cultural após torna-se Ponto de Cultura?



Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

### GRÁFICO 8 – Proponentes que já havia trabalhado com recursos públicos antes do edital de Pontos de Cultura



Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

Na tabela a seguir podemos ter noção do tempo de atraso no repasse dos recursos, variando entre 1 ano e 2 meses (IBARTE) a 1 ano e 10 meses (ACAI e Banda Sinfônica de Itabuna), no caso da transição da 1º para 2º parcela. Apresenta um cenário mais positivo se considerarmos o tempo de repasse dos recursos da 2º para 3º parcela, variando entre apenas 4 meses (Libélula) a 1 ano e 2 meses ( Sociedade Filarmônica Capitania dos Ilhéus). Em relação a quarta e última parcela, apenas 2 pontos receberam o recurso (Teatro Popular de Ilhéus com o prazo de 1 ano da 3º para 4º parcela e Libélula com o prazo e 1 ano e 5 meses), os demais ainda estão aguardando.

**TABELA 9 – Repasse de Recursos dos Pontos de Cultura do Litoral Sul**

PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	PARCELAS*				VALOR RECEBIDO
			1º	2º	3º	4º	
Grupo Musical 2 de Janeiro/ Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro	Musicarte	Canavieiras	16/12/2008	13/04/2010	04/02/2011	Não recebeu	120.000,00
Associação Instituto Sul Baiano de Arte-educação (IBARTE)	Projeto Sócio Cultural Janelas da Arte	Ilhéus	17/02/2009	26/05/2010	28/07/2011	Não recebeu	120.000,00
EROS- Grupo de Apoio e Luta pela Livre Orientação Sexual do Sul da Bahia	Teatro Itinerante: Dona Baratinha quer Casar	Ilhéus	16/03/2009	Não recebeu	Não recebeu	Não recebeu	45.000,00
Teatro Popular de Ilhéus	Núcleo de Produção Audiovisual da Casa dos Artistas de Ilhéus	Ilhéus	17/02/2009	13/09/2010	14/08/2011	27/09/2012	180.000,00
Sociedade Filarmônica Capitania dos Ilhéus	CAIS - Centro de Artes Integrada	Ilhéus	17/02/2009	16/08/2010	03/11/2011	Não recebeu	120.000,00
Associação do Culto Afro-Itabunense – ACAI	Cultura em Ação	Itabuna	17/02/2009	16/12/2009	05/11/2010	Não recebeu	120.000,00
Banda Sinfônica de Itabuna	Música para Todos	Itabuna	17/02/2009	16/12/2009	06/12/2010	Não recebeu	120.000,00
Libélula	Libélula	Itacaré	17/02/2009	13/09/2010	04/02/2011	30/08/2012	180.000,00

\*As parcelas I e II correspondem ao primeiro cronograma de desembolso do Programa Cultura Viva/Ação Pontos e Cultura que os repasses anuais eram feitos em duas vezes (45 mil e 15 mil), porém esse processo foi revisto e passou a ser adotado o desembolso anual em parcela única de 60 mil para facilitar o sistema de prestação de contas, o que passou a vigorar no caso deste edital a partir da 3º parcela.

Fonte: Informações concedidas em 21/03/2013 pela Diretoria de Cidadania Cultural – DCC que pertence a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, Secult-BA.

A partir da mudança do repasse de semestral para anual, se comparadas as datas das colunas referentes à 2ª e 3ª parcelas, o repasse previsto para ser anual foi executado de forma quase regular, nos seguintes tempos: 5 meses (Libélula), 10 meses (Grupo Musical 2 de Janeiro), 11 meses (Teatro Popular de Ilhéus e ACAI), 12 meses (Banda Sinfônica de Itabuna), 14 meses (IBARTE e

Sociedade Filarmônica de Ilhéus). Essa mudança foi promovida diante da grave constatação de que os Pontos de Cultura deveriam apresentar em seis meses a Prestação de Contas da primeira parcela, o que fizeram apenas entre 10 meses e 18 meses. Verifica-se, também, que apenas dois Pontos de Cultura integralizaram todas as parcelas e que o Grupo EROS ficou bloqueado desde o primeiro repasse por questões jurídicas, podendo precisar devolver o recurso repassado na primeira parcela.

Mesmo a situação dos atrasos estarem sendo minimizados, este cenário ainda apresenta a fragilidade das entidades em lidar com a burocracia estatal e a complexidade do arcabouço institucional e jurídico do estado, o que vem a impactar no processo de continuidade do plano de trabalho dos pontos. Sendo assim, a maioria deles interrompem as atividades que propuseram no projeto, por não terem como assumir as despesas das atividades sem o repasse do convênio. Esta descontinuidade das ações gera um problema muito maior, uma vez que a comunidade passa a tecer acusações de desvio de verba e denegrir a imagem da entidade, antes referenciada pelo seu papel sociocultural e hoje tendo que convencer a todos que o problema é do sistema burocrático, institucional e legal ao qual se tornaram reféns.

É como se o Programa que teria como objetivo dar protagonismo a esses novos atores, e realmente cumpre com esse papel, trouxesse uma espécie de protagonismo negativo, que cria expectativas em toda uma comunidade e que a todo tempo essas expectativas são interrompidas por falta de recurso e quando retomam depois de muito tempo a credibilidade já não é a mesma.

Essa questão não é levada em conta e nem é considerada no processo de avaliação dos projetos, por ser considerado um fator subjetivo e a análise de convênios tem que ser o mais racional possível, trabalhar com base em documentos e números e não se permite fazer reflexões de contextos sociais, é a lei que temos e o cenário construído por anos e anos, através de uma elite que sempre se fez reproduzir o seu mundo.

Por óbvio, que o estado, construído por mais de cinco séculos pelas elites brasileiras, não teve interesse, nem desejo de estabelecer tais relações universais. Pior que isto, ele não foi conformado para isto. Pelo contrário, sua tessitura trouxe imanente, um caráter de classe. Este estado existe tão somente estabelecendo relações umbilicais, muito delas promíscuas, com os setores hegemônicos. (Rubim, 2009 p. 21)

Por isso que há tanta dificuldade desses novos protagonistas decifrarem esses signos que em momento algum se aproxima da sua realidade. O Programa Cultura Viva e seu público alvo estão em uma dimensão futura enquanto o arcabouço jurídico que lhe atende permanece no passado. Podemos comparar os novos atores como estrangeiros em um país desconhecido, que precisam se relacionar com seus nativos de alguma forma e buscam alternativas, já que a língua e a cultura daquele local lhe são estranhas.

Pensando em minimizar as dificuldades que os proponentes dos pontos de cultura tem tido em relação à prestação de contas, a Secult lançou um manual de execução de convênios e prestação de contas com o objetivo de esclarecer e facilitar a vida das entidades, com um passo a passo de como proceder na gestão do convênio e na prestação de contas do recurso utilizado. Esta publicação é uma alternativa interessante, pois faz uso de uma linguagem fácil, é bem detalhado e traz alerta de pontos cruciais onde geralmente ocorre a maior incidência de erros por parte dos proponentes. A DCC informa que não há dados que comprovem a eficácia da publicação, mas que empiricamente observa que quando ocorrem as diligências, orientam os pontos a consultarem o manual e isso tem ajudado a dirimir as dúvidas de forma mais eficaz.

Os atrasos na liberação do recurso estão vinculados às etapas de análise dos processos de prestação de contas que depende de um contexto colaborativo e de conexão entre os setores institucionais que ocorre o trâmite interno dos processos e entre a equipe gestora da ação Pontos de Cultura e os proponentes, pois a boa sintonia entre estes dois atores, dialogando em uma mesma língua, trocando informações com maior eficiência, possibilitará a minimização de erros, de idas e vindas e diligências. As etapas são:

**TABELA 10 - Etapas para o Repasse de Recursos**

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Primeira etapa - Análise documental	Voltada para verificar se todos os documentos necessários à prestação de contas estão de acordo e se o preenchimento dos formulários está conforme a exigência do convênio. Em caso de alguma falta ou equívoco, o Ponto de Cultura é diligenciado. O processo só segue para próxima etapa após todas as solicitações forem atendidas.
Segunda etapa - Análise de mérito	Esta fase é realizada por um avaliador técnico, que visa verificar o cumprimento de todas as metas previstas para o ano de execução em questão. Então é nessa hora que o plano de trabalho é analisado, verificando as comprovações da realização das atividades e aquisição de materiais, através do Relatório de Atividades encaminhado pelo Ponto em anexo à Prestação de Contas. Qualquer dúvida que o avaliador venha a ter poderá diligenciar o Ponto para obter os devidos esclarecimentos.
Terceira etapa - Análise Financeira	Chegando a esta etapa final, que fica a cargo do Núcleo de Convênios, que procede a análise financeira da prestação de Contas. Como nas fases anteriores, o Núcleo, quando necessário, pode encaminhar solicitações às Instituições para a aprovação financeira da prestação de contas. Só então, ocorre de fato a liberação do recurso da próxima parcela.

Fonte: Informações concedidas em 21/03/2013 pela Diretoria de Cidadania Cultural – DCC que pertence a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, Secut-BA.

Aliado a este processo de análise, que por si só já é moroso, pois necessita analisar as minúcias do processo, que por si só já demanda tempo e atenção, ainda há uma carência grande de capital humano na secretaria para dar maior celeridade à tramitação do processo. Para piorar a situação, apesar de prazos pré-estabelecidos para que os proponentes respondam as diligências

que geralmente surgem, os pontos não cumprem esses prazos, o que leva a demorar ainda mais na solução dos problemas e devidos encaminhamentos. Abaixo segue o panorama do repasse dos recursos dos pontos do Litoral Sul.

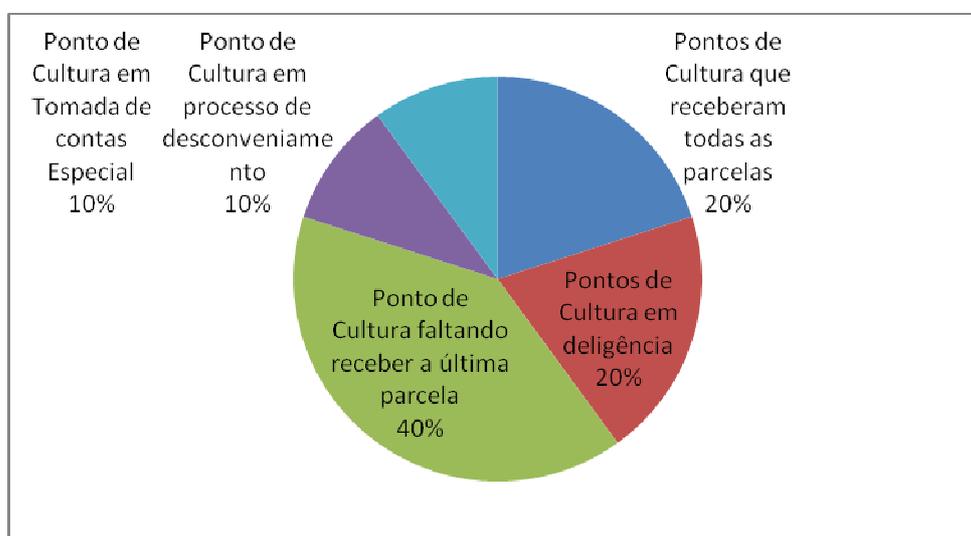
**TABELA 11– Panorama do repasse dos recursos dos pontos do Litoral Sul**

<b>PONTO DE CULTURA</b>	<b>SITUAÇÃO DE REPASSES DE RECURSOS</b>
Teatro Popular de Ilhéus	Já recebeu todas as parcelas e deve prestar contas até outubro desse ano.
Libélula	Já recebeu todos os repasses e deve prestar contas do último nesse mês de Agosto.
Associação do Culto Afro- Itabunense – ACAI	Aguarda a SEFAZ liberar recurso para SECULT poder fazer o último pagamento. Já aprovado nas etapas: financeira e de mérito.
Sociedade Filarmônica 02 de Janeiro	Está seguindo os trâmites. No momento está no aguardo da aprovação financeira da segunda parcela, que aguarda solução de diligência, (15 mil reais do ano 01) para poder receber o último repasse (60 mil reais do ano 03).
Associação Instituto Sul Baiano de Arte- educação (IBARTE)	Está seguindo os trâmites. No momento está no aguardo da aprovação financeira da segunda parcela, que aguarda solução de diligência, (15 mil reais do ano 01) para poder receber o último repasse (60 mil reais do ano 03).
Sociedade Filarmônica Capitania dos Ilhéos	Aguarda aprovação de mérito da terceira parcela (60 mil reais do ano 02) para receber o último repasse.
Banda Sinfônica de Itabuna	Está na Comissão de Tomada de Contas Especial. Passa por processo de mudança de diretoria, que ainda não foi definida, Não enviaram o Termo Aditivo, que prorroga o prazo de vigência do convênio, por esse motivo se encontra inadimplente.
EROS	Mudou o objeto (escopo) do projeto por questões internas. A diretoria que iniciou o projeto com um objeto específico na área teatral se desfez e a nova gestão da entidade mudou o objeto inicial, uma vez que a peça teatral que iria ser apresentada não possuía direitos autorais confirmados. Mas as normas do Edital dos Pontos de Cultura não autoriza mudança de objeto, o que acarretou no processo de desconvenimento da entidade, que ainda está em trâmite.

Fonte: Informações concedidas em 20/08/2013 pela Diretoria de Cidadania Cultural – DCC que pertence a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, Secult-BA.

Percebe-se que apenas dois dos oito pontos conseguiram receber todas as parcelas previstas no convênio, quatro pontos estão no aguardo do último repasse, sendo que desses quatro, dois deles ainda estão respondendo diligências. Tem um inadimplente que está em Tomada de Conta Especial e um em processo de desconveniente por ferir as regras do edital, porém todos sofreram um atraso na execução do projeto, considerando-se que um convênio que era pra encerrar entre 2011 e início de 2012 ainda em sua maioria estão em execução devidos aos entraves burocráticos dos repasses de recursos financeiros.

**GRÁFICO 9 - A situação atual dos Pontos do Litoral Sul**



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio autor.

### 3.3 – Narrativas e Contextos

Como todo processo sempre existem dois pontos de vista, o de quem oferta e o de quem demanda, o de quem fomenta e o de quem é beneficiado. Portanto, analisaremos o que representa o Programa Cultura Viva, com o recorte da ação Pontos de cultura, para os proponentes e para os gestores públicos, levando-se em consideração as narrativas e concepções dos atores sociais envolvidos.

Os Pontos de Cultura passam a ter um destaque maior na Bahia depois do processo de estadualização via Mais Cultura, que ocorreu em 2008. A Secult-

BA criada em 2007, já surgiu com um alinhamento de projetos em relação ao MinC, o que facilitou o diálogo e prospecção de parcerias institucionais entre as duas esferas. Com a implantação do Mais Cultura a Bahia sai na frente e assina o primeiro convênio de estadualização para lançar o edital dos pontos de cultura, fortalecendo a política de interiorização e territorialização da cultura que desvenda um Brasil antes esquecido.

Márcio Meirelles, secretário de cultura da Bahia entre 2007 e 2011 diz em entrevista concedida ao autor:

Nosso alinhamento com o MinC se dava pela identidade de projetos. Finalmente, com Gilberto Gil e Juca Ferreira, o Brasil começava a ter uma política de Estado para a cultura e o Estado brasileiro começava a entender seu papel no setor. E o alvo dessa política era a população e o desenvolvimento do país e não os artistas e produtores culturais, agentes dessa política.

Meirelles ainda frisa que um impacto positivo nesse processo de descentralização, perpassa pelo fato dele ser apartidário, seguindo uma visão republicana de não se limitar a bandeiras políticas, mas sim, aos objetivos pré-estabelecidos para promoção do desenvolvimento da cultura em todos os contextos. Porém, ressalta que essa postura dele de não ser filiado a nenhum partido dificultou a sustentação política necessária para implantação do Mais Cultura, uma vez que precisava fortalecer institucionalmente a Secult-BA recém-criada e aprovar as leis específicas para a cultura, como é o caso da Lei Orgânica que cria o Sistema Estadual de Cultura, só aprovado na gestão de Albino Rubim (atual secretário).

O Mais Cultura é um Programa complexo, pois tem como principais características ser amplo e descentralizado, voltado para reconhecer novos atores sociais e fazeres culturais, antes não reconhecidos pelas políticas públicas culturais. Dessa maneira, este ousado Programa, que possui uma identidade muito forte com o Cultura Viva, tem enfrentado diversas barreiras, conforme podemos ver abaixo:

- É regido por legislações que não são específicas para as peculiaridades do Programa;

- Falta entendimento dos demais órgãos do Estado em relação ao Programa, o que leva aos processos emperrarem nos órgãos de controle da União e do Estado;
- Há fragilidade institucional na maioria dos novos atores da sociedade civil contemplados por suas ações;
- Rompe com a política de balcão, desconstruindo o clientelismo enraizado, que beneficiava apenas as entidades que possuíam alguma influência e indicação política. Acarretando em inúmeras críticas desse grupo que é pequeno, mas que tem força política e influência na mídia. Meirelles comenta sobre essa questão na entrevista concedida ao autor:

A dificuldade do Estado (levando em conta aí Procuradoria, Tribunal de Contas, etc) entender o Programa, buscando saídas legais para os desafios de executá-lo em colaboração com municípios institucionalmente frágeis e um setor da sociedade, a produção cultural, despreparado para este diálogo.

A própria Cultura governamental e política e os procedimentos e ritos da produção cultural que apontavam sempre para uma retomada dos processos de “balcão” mudando apenas o cliente ou até mesmo mantendo os mesmos clientes e os eternamente indicados por alguma influência partidária. Romper esta lógica foi o mais duro. Construir processos republicanos, transparentes, que obedecessem os princípios do Estado, especialmente de imparcialidade, gerou muitos desgastes que atrapalharam o processo.

É interessante ver que a gestão pública tinha uma visão muito próxima do que a sociedade civil enxergava a respeito do Programa, pois bem como Meirelles, os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul ressaltam as qualidades do Cultura Viva / Mais Cultura porém não deixam de ter uma visão crítica sobre o seu processo de implementação, conforme poderemos ver nos relatos dos coordenadores concedidos em entrevista ao autor:

A Descentralização das ferramentas e meios culturais promove oportunidades para pequenas entidades de expandir suas ações e obter visibilidade, além de criar independência econômica para grupos culturais e possibilitar expressões artísticas. Ainda permite a libertação dos vínculos políticos locais para atividades criativas possibilitando um direto contato com as comunidades e garantindo o fomento de um livre pensar.” (Mannini, Francesca. Entrevista à Cleber Meneses)

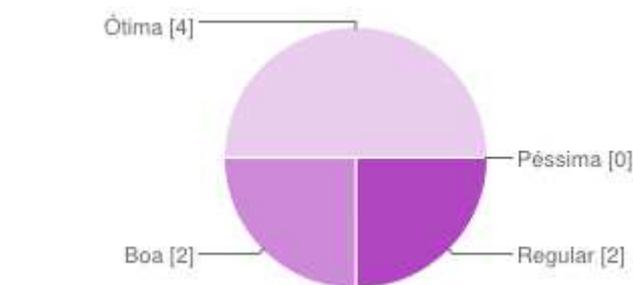
Na visão de Francesca, responsável pelo Ponto de Cultura Libélula, localizado em Itacaré, apresenta o lado positivo do Programa que descentraliza e reconhece o trabalho das entidades de pequeno porte, dando liberdade para a

atuação desses proponentes promoverem e inovarem suas atividades sem precisar ficar restrito à gestão municipal, uma vez que o repasse de recursos ocorre de forma direta para a entidade. Já Desdêmona, responsável pelo Ponto de Cultura ACAI, sediado em Itabuna, apresenta a burocracia do convênio como principal entrave para atender aos objetivos do Programa, a autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil.

“Na prática, o que não é bom é a gestão do Programa, pois, tendo sido criado em 2004 a política não avançou do ponto de vista da gestão institucional, da burocracia excessiva e da ausência de vontade política em promover a ampliação do programa e a participação social proposta em seus conceitos de autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil. O Ponto de Cultura continua respondendo pela parte mais difícil do problema, Pontos de Cultura estão no Tribunal de Contas do Estado por todo o país, enquanto isso acontecer, “existe algo de errado com essa política”, que deveria partir do princípio do “reconhecimento” aos grupos culturais.” (Dantas, Desdêmona. Entrevista cedida a Cleber Meneses)

Isso reflete nos números abaixo sobre a avaliação do Programa pelos Pontos de Cultura, atingindo 75% entre boa e ótima a avaliação, demonstrando que apesar de todos os percalços e entraves, os proponentes ainda conseguem ver de forma positiva o Programa, devido à descentralização promovida no repasse de recursos, permitindo que entidades de pequeno porte e das mais diversas estruturas e propostas, estando situadas onde for, tivessem essa oportunidade única de ser reconhecida enquanto produtora de cultura e não tendo que deixar sua identidade de lado para ser contemplado por uma ação do governo e nem sofrer interferência do mesmo.

### GRÁFICO 10 - A avaliação do Programa Cultura Viva / Pontos de Cultura por parte dos proponentes



Péssima 0 0%

Regular	2	25%
Boa	2	25%
Ótima	4	50%

Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

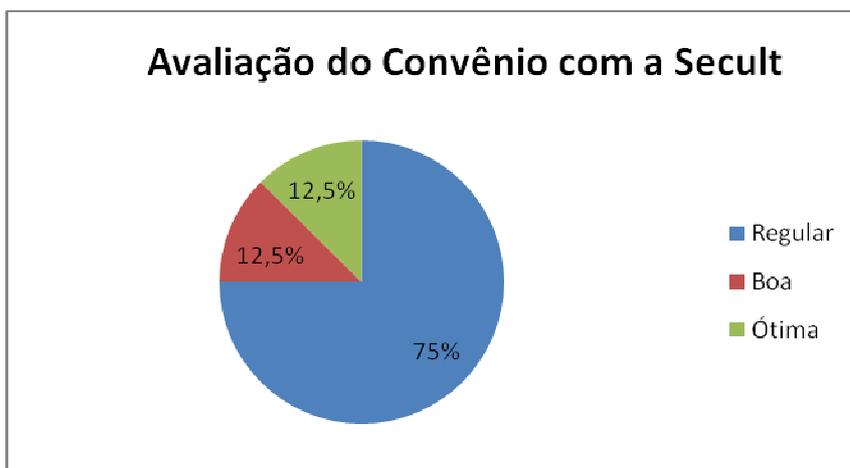
Agora, quando o assunto é a gestão da Secult-BA as críticas são grandes. Relatam as dificuldades no processo de comunicação, de entendimento do Programa por parte dos diversos setores da Secult-BA, da morosidade no repasse dos recursos, na descontinuidade do corpo técnico da Secult-BA por ainda não ter uma equipe efetiva, o que acarreta uma perda de memória e de relação interpessoal com os pontos, além de dificultar no entendimento da complexa burocracia, como se a cada momento voltasse a estaca zero. Como pode ser visto no depoimento abaixo:

A Secult-BA tem demonstrado nessas últimas gestões que pela sua incapacidade de manter um corpo técnico que compreenda os meandros do programa, trocando pessoal aleatoriamente, deixando os pontos de cultura desorientados; o programa não avança. Há um retrocesso na construção de uma política cultural que atenda os anseios da sociedade e entidades.” (Nicolau, Letto. Entrevista cedida a Cleber Meneses)

As críticas acima também são feitas para gestão nacional, demonstrando que os entraves e necessidade de aperfeiçoamento não é um caso particular da Bahia, mas uma dificuldade que está no âmago do Programa desde sua concepção.

“(…)Os problemas graves e recorrentes que consistem na demora na análise de prestação de contas, demora na análise de alteração de Plano de Trabalho, atraso no repasse das parcelas, dificuldades de comunicação/informação, ausência de formação em prestação de contas e gestão financeira e ausência de formação em Cultura Digital e em Política Cultural – ambas para os agentes e gestores do PCV, ausência de investimento em contratação de servidores públicos para trabalhar dignamente e exclusivamente para com o PCV, ausência de vontade política para assumir e realizar as mudanças necessárias advindas da indispensável participação social no Programa Cultura Viva.(…)” (Ofício 001/2013 CNPdc à SCDC/MinC)

## GRÁFICO 11 - Avaliação do Convênio com a Secult-BA pelos proponentes



<b>Regular</b>	<b>6</b>	<b>75%</b>
<b>Boa</b>	<b>1</b>	<b>12,5%</b>
<b>Ótima</b>	<b>1</b>	<b>12,5%</b>

Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

Para Sophia Rocha, coordenadora do projeto Pontos de Cultura na Bahia entre 2008 e 2009, considera ter sido o processo de execução um processo de formação para ambas as partes, tanto para os agentes dos Pontos bem como para os funcionários da Secult-BA. Também relata, em entrevista concedida ao autor, que a ação possibilitou uma aproximação entre a sociedade civil e o poder público, mas destaca que a excessiva burocracia, que em muitos casos alega ser inadequado, tem sido uma das causas que mais prejudica o andamento dos projetos.

Esses entraves burocráticos interferem diretamente na continuidade dos planos de trabalhos das entidades, provocando uma reação negativa na imagem do Estado por parte dessas organizações e da sociedade em geral em relação aos proponentes, que por não conhecerem os trâmites do processo acabam por pré-julgar e os acusam de desvio de verba, de má administração dos recursos e gerando um descrédito da entidade perante a comunidade. Portanto, um projeto

que seria para dar maior visibilidade à instituição, acaba por apresentar um resultado contrário como podemos ver no depoimento abaixo:

Faltou a continuidade nas atividades, pela falta do recurso e tivemos perda de confiança e credibilidade nas comunidades pela interrupção repetida das atividades e serviços prestados a população. As interrupções das atividades deram espaço à criação de fofocas e sabotagem nas comunidades locais de que o Ponto estaria extraviando o dinheiro do Estado e por isto que estávamos parados. (Mannini, Francesca. Entrevista cedida a Cleber Meneses)

Esses entraves são estabelecidos na seguinte escala perante a visão dos proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul:

Reduzido número de funcionários da Secult para atender a este Programa	<b>7</b>	87,5 %
Tempo (demora) do Repasse de Recursos pelo Estado	<b>6</b>	75,0 %
Comunicação entre os Pontos de Cultura e a Secult	<b>6</b>	75,0 %
Tempo (demora) do Repasse de Recursos pelo Estado	<b>6</b>	75,0 %
Modelo de Prestação de Contas	<b>5</b>	62,5 %
Legislação que rege o Convênio	<b>4</b>	50 %
Comunicação entre os Pontos de Cultura	<b>4</b>	50 %

Fonte: Entrevista com os proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul concedida ao autor.

Considerando-se os percentuais acima, vem como surpresa que o reduzido número de funcionários da Secult para atender ao Programa/Ação Pontos de Cultura foi o entrave mais votado, ficando a legislação como uma das opções menos relevantes para o desenvolvimento dos planos de trabalho dos proponentes. Foi interessante perceber que todos aspectos indicados foram legitimados pelos proponentes, em maior ou menor aceitação, indicando que a os Pontos de Cultura e o Estado precisam realmente rever sua gestão para possibilitar a continuidade e o sucesso desse programa, caso queiram realmente transformá-lo em uma política pública de Estado, que tenha legitimidade e continuidade pelas demais gestões.

Sophia Rocha, coordenadora dos Pontos de Cultura na Secult (2008-2009) também considera que a equipe reduzida dificultou o desenvolvimento da gestão do estado, bem como faz uma ressalva sobre a falta de uma equipe efetiva para dar sustentabilidade ao processo de forma contínua, mas considera

que este caso não está sob o controle da Secult, por considerar, e de fato ser, uma decisão política:

Trabalhar com uma equipe reduzida não era exceção, mas uma regra dentro da Secult, que não havia um corpo de funcionários suficiente para dar conta de toda a demanda. Como em qualquer situação, é difícil trabalhar em uma equipe pequena, houve sobrecarga para todos, que tentavam atender às exigências próprias do processo do trabalho (...) Quanto à equipe de trabalho da Secult, seria necessária a publicação de concurso público, o que não depende desta Secretaria. Diversas dificuldades no desenvolvimento do Projeto são consequências da inadequação legal e das condições de trabalho da Secretaria. (Rocha, Sophia. Entrevista cedida a Cleber Meneses)

Uma particularidade que aconteceu na Bahia, em relação ao acompanhamento e diálogo mais efetivo entre os Pontos de Cultura e a Secult, foi a participação dos Representantes Territoriais de Cultura – RTC contratados para possibilitar a implementação da interiorização das políticas públicas culturais, servindo como ponte entre os municípios e o estado. Dentre suas inúmeras funções, os RTC's eram responsáveis por fazer visitas técnicas aos pontos e estimular que a rede territorial fosse concretizada. Esses profissionais preencheram uma lacuna importante de todo processo de descentralização, que é a fiscalização e acompanhamento dos projetos conveniados. Sobre o RTC Meirelles afirma que:

Foi e é fundamental para o programa estabelecido pela Secult, um programa de governo. A interiorização, o Mais Cultura, o Sistema, a participação de mais de 90% dos municípios nos projetos e políticas, não teria sido possível sem os representantes territoriais. (Meirelles, Márcio. Entrevista cedida a Cleber Meneses)

Sophia ainda considera que a legislação também é um caso para ser repensado, já que não se adequa ao campo cultural. Em nenhum momento, quem critica a legislação vigente, quer ausência de controle ou afrouxamento das regras, mas sim, uma coerência maior entre o objeto e as regras.

A legislação utilizada para avaliar a prestação de contas de projetos financiados pelo poder público, por exemplo, não se adequa ao Projeto Ponto de Cultura (não apenas ele) porque às características do campo da cultura são incompatíveis com a proposta do texto legal. Nesse sentido, seria necessária uma discussão ampla entre a sociedade e o poder público na busca do desenvolvimento de uma lei mais adequada, sem esquecer a importância do controle do uso do recurso público. (Rocha, Sophia. Entrevista cedida a Cleber Meneses)

Considerando que o atraso no repasse dos recursos é algo comum a todos e que a morosidade tem impactado no desenvolvimento das atividades, o Estado se vê na incumbência de repensar o conveniamento dos pontos de cultura. Através do protagonismo da Bahia, na realização do primeiro encontro dos gestores estaduais de pontos de cultura, realizado em fevereiro de 2013, foi possível discutir as ações estratégicas para a melhor gestão, articulação em rede, sustentabilidade e comunicação entre todos os atores envolvidos, tanto da sociedade civil quanto do estado. Desse encontro saíram proposições que, se forem concretizadas, irão impulsionar a gestão, em nível estadual e federal, do Programa Cultura Viva. Em relação à gestão destaco os tópicos abaixo elencados no documento final do encontro de gestores estaduais de pontos de cultura:

- Maior agilidade nas respostas dos processos entre o MinC e as - Secretarias Estaduais;
- Alinhar o Programa Cultura Viva com as procuradorias e controladorias através de reuniões, seminários, encontros, etc;
- Criar portaria federal que autorize utilização do rendimento do convênio do MinC com estados e municípios para realização de TEIAS, formação, ações de acompanhamento e monitoramento;
- Dialogar com os bancos federais a respeito da isenção das taxas bancárias para os Pontos de Cultura. Validar nos estados a portaria interministerial que isenta os Pontos de Cultura das taxas bancárias.

Desse núcleo que discutiu a gestão saíram propostas que irão minimizar muitos entraves do Programa e caso sejam efetivadas, irão reduzir o tempo de análises dos processos e tramitação de documentos entre os entes federados e instituições públicas envolvidas no processo. Um grande ganho será conseguir que os órgãos fiscalizadores passem a se aprofundar sobre o contexto do Programa, suas particularidades, objeto e atores, o que irá permitir uma maior sensibilidade na avaliação dos processos. Reitero que não se trata de afrouxamento das regras, mas sim, uma aproximação entre regras e realidade, evitando tantas diligências, desgastes e processos parados.

Outro fato relevante levantado nesse encontro foi o fato de considerar que o rendimento do recurso do dinheiro aplicado, enquanto aguarda o repasse, pode ser aproveitado melhor ao se investir em aperfeiçoamentos e formação, que trará impactos diretos para a melhoria da gestão dos proponentes e irá

aproximá-los do contexto do convênio, uma vez que a criação de uma legislação específica é algo distante e que exige mexer com uma arena política complexa, então o que se pode fazer no curto prazo é investir em formação direcionada a gestão e prestação de contas que tem sido considerado o que há de mais frágil nas entidades.

Ainda é levantado um fator interessante, que é a implementação da isenção das taxas bancárias para os pontos de cultura, como uma maneira de evitar mais um dispêndio do convênio, pois se considerarmos de fato o valor do repasse ainda é reduzido comparado a amplitude dos projetos (5 mil/mês). É um valor baixo para fomentar as atividades levando-se em consideração aquisição de material e equipamentos, contratação de profissionais, reserva para encontros das redes que as entidades participam, além da divulgação e comunicação.

Em relação à sustentabilidade há de se questionar algumas proposições que o grupo do encontro de gestores levantou. Como por exemplo, a garantia do lançamento de 01 edital ao ano e a integração de municípios no Programa de forma pactuada. Enquanto não sanar as deficiências que o Programa possui, ajustando seu processo burocrático, aperfeiçoando seus instrumentos de gestão e a própria gestão, ampliando e efetivando sua equipe para que possam atender à tempo as demandas previstas e imprevistas, melhorar a comunicação entre a sociedade civil e o Estado e enfim, melhorar o contexto de execução do convênio, não vejo como lançar um edital ao ano.

Ainda é preciso refletir sobre a possibilidade do convênio ser realizado por intermédio dos municípios, que em tese seria interessante pela aproximação que têm da sociedade civil, possibilitando um melhor diálogo. Porém, foi constatado que os problemas que aconteciam no MinC são reproduzidos pelas secretarias estaduais e o mesmo acontecerá com os municípios, que em grande parte possui uma estrutura institucional muito mais frágil que o governo federal e estadual. Portanto, ao invés de resolver um problema de gestão apenas irá transferir para uma outra esfera?

Para Cláudia Vasconcelos, diretora de cidadania cultural da Secult, que faz a atual gestão do Mais Cultura/Pontos de Cultura na Bahia, considera que o fato de trazer a gestão municipal para o jogo, é na verdade uma maneira de

provocá-los, fazendo com que se coresponsabilizem pelos pontos de cultura também. Tem consciência que os gestores municipais também terão inúmeros problemas de gestão, mas será uma forma de estimular o processo de fomento da cultura através do ente federado que está mais próximo da sociedade civil (o município), onde a cultura de fato acontece. Seria uma forma de promover, através dessa experiência prática, a cultura além de festas e eventos, que é com o que o município mais se preocupa, pela visibilidade que dá.

Analisar esses impactos negativos e buscar estratégias para sanar os problemas, investindo em capacitação dos proponentes, buscando discutir e implementar uma lei específica para o Programa Cultura Viva / Mais Cultura, promovendo concursos públicos para cargos efetivos nos órgãos de gestão do Programa, além de buscar criar um sistema mais eficiente no feedback das análises das prestações de contas do convênio, que em caso de diligências, criar um mecanismo de retorno mais ágil, para evitar os atrasos, dentre outras ações, é um processo em construção.

O estado não estava preparado para lidar com um Programa tão ousado como o Cultura Viva e os novos protagonistas da sociedade civil, que ganharam visibilidade perante as lentes das políticas públicas culturais, não se reconhecem no cenário das leis e regras inerentes ao processo de conveniamento que sempre esteve voltado para um público de técnicos e empresas. Os invisíveis ao ganharem forma, acabaram por se entranhar em um mundo desconhecido. Vieram com toda vontade e se apropriaram da oportunidade oferecida, porém se depararam com um emaranhado de questões jamais vividas e que têm impactado tão fortemente no seu dia a dia. Ao ser desvendado e ter sido concedido um espaço na luz, esses atores se sentem fortes para contestar e querer que um novo cenário seja construído. Um estado mais humano, mais inteligível, mais aberto e diverso como são os saberes e fazeres mais simples da vida.

O Programa veio para romper barreiras e quebrar paradigmas. Veio para reafirmar o discurso da Convenção da Unesco, dos direitos constitucionais, do sentido amplo da cultura, do republicanismo e pra considerar os diferentes enquanto iguais no acesso e fomento da cultura. Surgiu sabendo dos desafios que enfrentaria, tanto no que concerne ao aspecto legal quanto no aspecto de

repartir os recursos, que antes eram direcionados a um pequeno grupo e quase que necessariamente as linguagens artísticas. Mas precisava ser implementado mesmo assim, pois não há mudanças sem embates, críticas, adaptações, falhas e contradições. Apresentando potenciais, fomentando discussões, agregando valores, fortalecendo a diversidade.

Os atores revelados se sentiram cada vez mais confiantes em cobrar tais mudanças. O Programa já é válido pelo processo de formação do cidadão. Hoje um jovem contador de histórias sabe que o que produz é cultura e que é tão importante quanto o que um artista de renome faz. Seu discurso deixa de ser o de vitimização para ser o de contestação. É um processo de formação na prática, na vivência, no dia a dia desses brasileiros que fazem história e são protagonistas da inflexão das políticas públicas culturais do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em uma análise sintética pode-se dizer que temos um panorama bem acidentado no processo de institucionalização da cultura, tanto na esfera federal quanto estadual.

Um fato relevante a ser observado na gestão pública cultural da Bahia é que por muito tempo a gestão da cultura desenvolvia ações centralizadoras que só beneficiavam Salvador e Recôncavo baiano. A política de fomento estava restrita a pequenos nichos mercadológicos e produtores/artistas/empresas apadrinhados, uma herança que nos reservou uma identidade que não representa o todo do estado. Ainda há uma luta grande para apresentar uma Bahia de várias faces, que tem uma diversidade cultural imensa e que sua identidade não pode jamais ser apresentada como homogênea.

A Bahia é um estado que se reinventa a cada momento e que tem particularidades tão difusas em seu território, que se faz necessário cada vez mais a ação dos gestores municipais, reconhecendo o seu *locus* e promovendo a sua identidade própria. É preciso fazer com que os municípios assumam suas responsabilidades nesse processo, já que é no município onde acontece a cultura.

Portanto, apesar de todo esforço que o governo estadual ou federal promova, não havendo um comprometimento dos gestores municipais para reconhecerem e fomentarem as suas culturas, enxergando-as como um vetor de desenvolvimento, nunca teremos um terreno institucionalizado sólido para avaliar, planejar e promover suas ações. Precisa-se de um alicerce forte para a sustentabilidade de uma política estável e pulsante, que reconheça a diversidade e o sentido amplo da cultura. Os sistemas de cultura são um bom caminho para que essas responsabilidades sejam repartidas entre todos os níveis de gestão cultural e possa trazer para cena os municípios enquanto formuladores e fomentadores das culturas.

O Programa Cultura Viva surge com o objetivo de reconhecer a diversidade cultural e atestar o sentido amplo da cultura de acordo a Convenção da Unesco. Ao desvendar essas culturas nos mais distantes e escondidos lugares do Brasil, redescobre-se cidadãos que estavam invisíveis perante os olhos do estado. Era um público marginal e excluído das políticas públicas culturais. É então que a criação do Cultura Viva rompe com essa ausência de séculos e transforma esse público em protagonistas de uma nova política, que ainda é um programa de governo, mas que já trilha seus caminhos para se tornar uma política de estado.

O Cultura Viva ganha mais fôlego com a implantação do Mais Cultura, que passa a prospectar o compartilhamento da gestão e interconexão entre os estados e o governo federal, porém, o Programa Cultura Viva/Mais Cultura surgem com o foco em um público marginal das ações culturais públicas praticadas até hoje, onde não existe um arcabouço jurídico que se adeque aos mesmos, sofrendo então vários entraves, desde a comunicação, difusão, identidade, gestão e legislação, além da carência de recursos humanos para atender a ampliação das demandas.

Apesar disso, reconhece-se e considera-se válido todo esforço em torno da dimensão ampliada da cultura como base para as novas políticas públicas culturais, mas é uma dimensão que exige uma política de cooperação entre as três esferas públicas, bem como entre os diversos organismos do governo, pois é uma dimensão que vai além do que está ao alcance do gestor cultural, necessita de uma política de integração, onde todos os ministérios, secretarias e

órgãos fiscalizadores, bem como a própria sociedade civil precisam trabalhar em consonância para que as ações se concretizem.

Fica evidente que a dimensão ampliada da cultura para se efetivar de fato enquanto política pública cultural necessita de força política junto ao poder executivo, para promover uma integração da máquina governamental e um diálogo e aproximação muito grande com os estados e principalmente os municípios, uma vez que o fazer cultural se dá na esfera municipal.

Voltando-se para os Pontos de Cultura, um fato intrigante que acontece é a falta de identidade do Programa nas comunidades onde são desenvolvidos os projetos. Ao chegar nas comunidades onde existem pontos de cultura, caso você pergunte pura e simplesmente onde está localizado o Ponto de Cultura, dificilmente alguém saberá lhe informar, caso informe o nome da entidade proponente, tudo se torna mais fácil. Percebe-se nesse caso que a propagação da identidade Ponto de Cultura ainda é deficitária, é uma identidade trabalhada internamente, de forma limitada, entre os beneficiários e os gestores do programa, mas falta uma publicização maior por parte do governo, para se fazer perceber esta ação *in loco*. A divulgação dessa ação precisa ser ampliada nas mídias mais populares, dando maior visibilidade ao processo de descentralização e ganhando com isso novos fiscais, já que uma carência dos convênios descentralizados do estado é a fiscalização, a própria comunidade faria esse papel.

O que se percebe é que as entidades ampliam sua visibilidade local, ao agregar novas ações e fortalecer as atividades que já desenvolviam, utilizando o recurso conquistado pelo convênio, porém também se tornam alvos de críticas, devido à interrupção desse plano de trabalho proposto, por ter esbarrado na burocracia do estado. A comunidade ao saber que a entidade está recebendo recurso do estado, aponta a entidade como corrupta, que está desviando verba ou em outros casos, que é má gestora e inadimplente, por não verem as ações sendo desenvolvidas. É um protagonismo que traz bônus e ônus e que impacta diretamente na credibilidade das entidades.

O maior problema para os proponentes é que perante a comunidade, o único culpado é a entidade, não ampliam essa crítica ao Estado, é como se a única culpada fosse a entidade, o que não é verdade. Tornar-se Ponto de

Cultura é saber que irá conviver com prós e contras e que ao mesmo tempo em que irá construir novos sonhos e ampliar os horizontes, também irá ter um impacto negativo por não ter como conseguir manter as atividades propostas de forma contínua, passando a ser cobrada do seu público alvo pela interrupção de seus projetos. Uma estratégia para amenizar essa situação, é está em diálogo constante com a comunidade, apresentando os resultados e as dificuldades, chamando-os para serem parceiros efetivos do projeto e agir de forma transparente, fazendo-os compreender os meandros de todo processo.

Mediante tantos entraves, os atrasos chegam a ultrapassar até três anos no repasse dos recursos, provenientes da falta de preparo das entidades perante o difícil trâmite de prestação de contas, seguindo regras e detalhamentos de gestão que os proponentes desconheciam em seu dia a dia, pois sempre geriram de forma intuitiva, tendo ainda como agravante a falta de adequação da legislação do convênio que não é a ideal para o desenvolvimento do Programa.

O Programa Cultura Viva devido as suas peculiaridades de objeto e de atores envolvidos, exige a criação de uma legislação específica, porque após tantas experiências de desencontro entre a burocracia do Estado e o despreparo dos novos protagonistas perante esses conhecimentos técnicos, ainda nada foi feito de efetivo para dirimir esses entraves, apenas ações pontuais de lançar cartilha e promover capacitações de curta duração e superficiais. A lei Cultura viva foi criada e está em fase de aprovação pelo legislativo, mas o que é impressionante é que a lei não soluciona os entraves, apenas valida o programa enquanto política de estado. A intenção é primeiro legitimar o programa par depois fazer as emendas?

Reconhecendo que o Estado não pode perder o controle sobre a gestão dos recursos públicos, porém há de convir que para trabalhar com a diversidade e ousadia de um Programa como o Cultura Viva precisa inovar e romper com esse arcabouço burocrático ineficaz, para que ocorra a fluidez de suas ações, pois traz para cena atores antes considerados marginais e agora esses atores se tornando protagonistas da cena, não há como mudar o foco sem mudar a estrutura. Foi válido romper com o contexto de exclusão e assumir uma postura mais republicana, mas caso ações efetivas não sejam tomadas, o esforço pode

vir a se esfacelar perante as barreiras, o que tem gerado o desencantamento do Programa, tanto para sociedade civil quanto para o estado.

Pelo potencial do Programa e a própria pedagogia do processo de trocas de aprendizados entre o estado e a sociedade civil, não há mais como voltar atrás. As críticas e falhas são bem vindas, pois é através delas que ocorre o aperfeiçoamento, até porque já era de conhecimento da equipe que implantou o Cultura Viva os desafios que enfrentariam, mas assumiram as responsabilidades do ônus que não se compara ao bônus.

Só o fato de ver um mestre da cultura popular recebendo um prêmio pela importância que tem para cultura popular, uma tribo indígena comunicando-se com o mundo sem interlocutores e se apropriando das novas tecnologias para se fazer perceber, uma comunidade quilombola que tem a mesma oportunidade que os demais em um processo de seleção, além de ter ações exclusivas para o fomento da sua cultura, bem como o grupo de reisado, a rádio comunitária, filarmônicas, grupos identitários e comunitários dos mais diversos, todos inseridos e reconhecidos, tudo isso já foi válido.

Hoje esses atores percebem-se enquanto protagonistas. Foi gerado um sentimento de que agora eles podem ir além, que podem cobrar do estado maior atenção, que também são produtores de culturas e que o seu fazer cultural é tão importante quanto qualquer outro. Essa autoestima proporciona um contexto em que qualquer gestor que entre, pense duas vezes antes de interromper esse processo de fomento da diversidade, pois caso aconteça, haverá uma revolução contrária a esta atitude de descontinuidade.

Enquanto não é possível criar uma legislação que atenda as peculiaridades desse público, é preciso que o estado invista muito mais em capacitação, munindo esses atores com as ferramentas necessárias para melhorar o diálogo com o estado. Não é o ideal que os artistas e fazedores culturais tenham que conhecer os meandros da burocracia estatal, mas como a constituição de uma lei específica pode demorar ainda alguns anos não há como fugir dessa situação, faz-se necessário esse esforço de apreender a gestão de projetos, uma vez que na maioria dos casos quem faz a gestão das entidades sociais são eles mesmos.

Uma alternativa que minimizaria esses entraves seria a permissão da contratação de um técnico que se encarregue da prestação de contas, através do recurso do convênio ou até mesmo dos rendimentos desse recurso enquanto estiver aplicado, o que minimizaria as diligências e com isso aumentaria a celeridade dos repasses.

É essencial ter uma aproximação maior com os órgãos fiscalizadores, promovendo a sensibilização dos profissionais perante o Programa para que os processos sejam analisados de forma diferenciada, considerando-se as peculiaridades das atividades culturais e dos contextos sociais onde acontecem os projetos. Essa ação evitaria tantas idas e vindas dos processos por questionamentos que poderiam ser evitados, caso a análise fosse mais branda e maleável, evitando se prender a dureza e frieza dos números e considerando a realidade dos projetos e suas peculiaridades. Não se quer uma infração da lei vigente nem vistas grossas às falhas, mas o uso do bom senso e uma análise que priorize o mérito. Os projetos do Cultura Viva, dentre eles os Pontos de Cultura, não há como serem analisados da mesma forma que avaliam os projetos de empresas e produtores culturais.

Aliado a tudo isso existe a escassez de recursos humanos na gestão pública, que já era um problema do MinC e que ao implantar o Mais Cultura e dividir as responsabilidades com os Estados imaginava-se que essa deficiência seria minimizada, porém há uma reprodução fiel dessa escassez de mão de obra na gestão pública cultural da Bahia. Uma justificativa para o fato é que a Secult tem pouco tempo de autonomia, uma vez que foi criada em 2007, o que acarreta na ausência de um plano de cargos e salários. Está em processo de estruturação e tem que apresentar resultados com um corpo técnico reduzido e instável, baseado em estagiários, cargos de confiança e contratos temporários. Porém, a falta de continuidade dos funcionários impacta negativamente no desenvolvimento das ações por falta de memória institucional e relação interpessoal com os proponentes, precisando sempre recomeçar do zero.

Percebe-se que é um Programa que há um esforço grande por parte dos gestores para que ele se desenvolva e se estabeleça, discutindo alternativas, buscando estratégias e trocando experiências entre si. O Encontro dos Gestores Estaduais dos Pontos de Cultura foi uma iniciativa positiva nesse caminho,

porém, há necessidade de tornar a comissão formada a partir desse encontro, em um órgão mais efetivo, que possa realmente fazer valer as proposições levantadas pelo grupo.

Os Pontos de Cultura precisam deixar de serem vistos como números, pois apesar da concepção inicial do Programa e todo mérito de trazer para cena atores que antes eram invisíveis para as políticas de fomento da cultura, hoje há uma expectativa de atingir metas quantitativas por parte do MinC ao invés de investirem todas as forças para qualificarem a gestão e execução do Programa. Faz-se necessário refletir que a qualidade é mais importante que quantidade, para que no futuro possa ter uma elevação de beneficiários em um terreno fértil e seguro.

## REFERÊNCIAS

Almeida Filho, Naomar. Anísio Teixeira, Edgard Santos e a universidade nova na Bahia in: **Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964)**. Salvador, Fundação Pedro Calmon, 2007 (Conferência proferida em 14 de maio de 2007)

BARBOSA, Frederico; MIDDLEJ, Suylan; ARAÚJO, Herton Ellery . **A Constituição e a Democracia Cultural**. Políticas Sociais (IPEA), v. 2, p. 227-281, 2009.

BOTELHO, Isaura. (2001) apud CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. p. 18.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo, Perspectiva: 2001. p. 74

BRASIL. **Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. p.

BRASIL. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

BRASIL. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: Novos Mapas Conceituais**. Pirenópolis: Ministério da Cultura, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 220 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2)

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Dias W. J. V. **Intercâmbios de boas práticas territoriais desenvolvidas nos estados da Bahia e Sergipe**. Salvador: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2010.

Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo: organizadores. **Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Intercâmbios de boas práticas territoriais desenvolvidas nos estados da bahia e sergipe**. Salvador, 2010.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 15, 2008.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 18, 2010.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 20, 2012.

LEITE, Sérgio Pereira [et all.]. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**; Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011.(Série desenvolvimento rural sustentável; v.14)

MDA/SDT. Documentos Institucionais nº 2 In: **Perico**. R. E., 2009.

MDA/SDT. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. In: **Documentos Institucionais**, nº 2, 2005.

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César. **Periodizando a cultura baiana no novecentos**: uma tentativa preliminar. Salvador: UNIFACS, 2000. v.1, n.8.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**/Rafael Echeverry Perico. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PRATES, A. A. P. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Org.). **Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas**. São Paulo: Iglu, 2000. SELZNICK, 1971, p.14.

RUBIM, Albino. Programa Cultura Viva – projeto Pontos de Cultura. In: **Seminário Internacional do SECULT**. Cultura é o quê? Relatório de Atividades 2007/2009. S/D.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi 2009.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

A AÇÃO oficial em cena Disponível em: <[http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/jornadas/IV\\_jornada/IV\\_11.pdf](http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/jornadas/IV_jornada/IV_11.pdf)> Acesso em 15 de setembro de 2012.

ANDRADE, Mário de. Disponível em: <<http://www.bilibio.com.br/biografia-de/308164/Mario-De-Andrade.html>> Acesso em: 14 de setembro de 2012.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** III Enecult. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>, acesso em 10 de março de 2013

CUNHA, Daiane Solange Stoeberl da. **Educação musical e emancipação: A Formação do Educador Musical a partir de uma perspectiva crítica.** Universidade Federal do Paraná. 2006 (Dissertação de mestrado) Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06\\_cunha.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06_cunha.pdf)> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

INSTITUTO Nacional do Livro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>> Acessado em 15 de setembro de 2012.

MINC. Apresentação *Cultura Viva em Números e sua Evolução 2004-2012.* Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/03/Apresentacao-cultura-viva-2012-site.pdf>> Acesso em 06/03/2013.

MINC. Cultura Viva. Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-aco-es/cultura-viva/>> Acesso em 13 de novembro de 2012.

MINC. Mais Cultura. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-aco-es/mais-cultura>> Acesso em 20 de janeiro de 2013.

MINC. Pontinhos de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/pontinhos-culturaecidadania/>> Acesso em 23 de janeiro de 2013.

MINC. Pontos de Memória. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>> Acesso em 23 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO da Educação. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

Ofício 001/2013 CNPdC à SCDC/MinC. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br/noticias/oficio0012013cnpdcscdcminc/>>, acesso em 21 de fevereiro de 2013.

RUBIM, Albino, Conferências e Territórios. SECULT, 2011 Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2011/09/28/conferencias-e-territorios/>> Acesso em 04 de outubro de 2012.

RUBIM, Albino. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2012/10/01/secretario-de-cultura-discoorre-sobre-qualificacao-e-formacao-na-area-cultural/>> Acesso em 05 de outubro de 2012.

SECRETARIA de Planejamento. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/mapa.php>> Consultado em 01 de outubro de 2012.

SECULT. Representações Territoriais. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/representacoes-territoriais/>> Acesso em 04 de outubro de 2012.

SECULT. Agente Escola Viva. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/agente-escola-viva/>> Acessado em 15 de novembro de 2012.

SECULT. Edital do Prêmio de Cultura e Saúde. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/10/edital-do-premio-cultura-e-saude/>> Acesso em 19 de janeiro de 2013.

SECULT. Guia de Orientações. Encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos: Juntos, por uma Nova Relação Federativa. 2008. p. 03. Disponível em: <<http://www.secult.220i.com.br/linhasdeacao>> Acesso em 04 de outubro de 2012.

SECULT. Linhas de Acesso. Disponível em: <<http://www.secult.220i.com.br/linhasdeacao>> Acesso em 04 de outubro de 2012.

SELZNICK. In: BUROCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: O caso da organização de prostitutas Davida. Belo Horizonte, 2007 (dissertação de mestrado). Disponível em <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7GYUWE/disserta\\_\\_o\\_andreia.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7GYUWE/disserta__o_andreia.pdf?sequence=1)>, Acesso em 17 de outubro de 2012.

## **DECRETOS, PORTARIA e LEIS:**

Decreto 5036/04. Decreto nº 5.036, de 07 de abril de 2004.

Decreto 6.226. Programa Mais Cultura, de 04 de outubro de 2007.

Decreto 7743/ 12. Decreto nº 7.743, de 01 de junho de 2012.

Decreto 91144/85. Decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985.

Decreto nº 6.177 a ratificação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais que foi assinada em Paris, em outubro de 2005, na 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Lei 10.705. Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, de 14 de novembro de 2007.

Lei Nº 12.365. Lei Orgânica da Cultura, de 11 de novembro de 2012.

MinC, 2004 Artigo 3º da Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004.

Portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura

## ANEXOS

### **ANEXO I – Questionário aplicada aos gestores públicos de 2007/2011**

Questionário Aplicado para compor a Pesquisa de Mestrado de Cleber Meneses, do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – UFBA, sobre o processo de gestão da Ação Pontos de Cultura do Programa Mais Cultura conveniados através da Secult-BA e que fazem parte do Território de Identidade Litoral Sul.

Público-Alvo: Gestores do Programa no âmbito estadual no período de assinatura do acordo de cooperação entre o MinC e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Data:

I - Identificação do Entrevistado

Nome do entrevistado:

Cargo/Função desempenhado:

E-mail:

Fone:

Período de atuação:

1. Descreva o processo que levou a Bahia a se tornar o primeiro estado a assinar o acordo de cooperação do MAIS CULTURA junto ao MinC?
2. Quais foram as dificuldades para implementar o Mais Cultura na Bahia?
3. Como foi para o(a) Sr.(a) trabalhar com uma equipe reduzida para atender a todas as demandas a que a Secretaria se propôs a colocar em prática?
4. A atuação dos Representantes Territoriais foi importante nesse processo de interiorização das ações da Secult e do Mais Cultura? Por quê?
5. Como o (a) Sr. (a) avalia a relação de afinidade/alinhamento entre a gestão da cultura na Bahia e o MinC para o desenvolvimento da política cultural estadual?
6. Qual o balanço que faz do Mais Cultura?
7. Como vê a dinâmica dos Pontos de Cultura na Bahia?
8. Em relação aos entraves burocráticos detectados no processo de conveniamento dos Pontos de Cultura (legislação, recursos humanos reduzidos, prestação de contas complexa, atrasos de repasses, dentre outros), em sua opinião, qual o caminho para solucionar e/ou amenizar essa situação?

## **ANEXO II – Questionário aplicado aos proponentes dos Pontos de Cultura do Litoral Sul**

Questionário Aplicado para compor a Pesquisa de Mestrado de Cleber Meneses, do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – UFBA, sobre o processo de gestão da Ação Pontos de Cultura do Programa Mais Cultura conveniados através da Secult-BA e que fazem parte do Território de Identidade Litoral Sul.

Público-Alvo: Pontos de Cultura do Litoral Sul.

Data: /01/2013

I - Identificação do Ponto de Cultura

Entidade: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Cargo/Função no Ponto: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Ano de criação da entidade: \_\_\_\_\_

O Ponto de Cultura possui sede própria? ( ) Sim ( ) Não

A atuação do Ponto de Cultura é: ( ) zona urbana; ( ) rural; ( ) ambas?

A entidade atuava na área cultural antes do convênio? ( ) Sim ( ) Não

Ano de assinatura do Convênio \_\_\_\_\_

II – Atividades desenvolvidas pelo/no Ponto de Cultura

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

III – Gestão do Ponto de Cultura

Quantas pessoas respondem pela gestão do ponto de Cultura? \_\_\_\_\_

Quem desenvolve a prestação de contas do Convênio?

( ) membro do Ponto de Cultura (COM formação técnica na área)

( ) membro do Ponto de Cultura (SEM formação técnica na área)

( ) pessoa não pertencente ao Ponto de Cultura (COM formação técnica na área)

( ) pessoa não pertencente ao Ponto de Cultura (SEM formação técnica na área)

Não poder contratar um profissional técnico (contador, administrador, economista, etc.) para realizar o processo de gestão e prestação de contas do convênio considera ser um agravante deste convênio?

( ) Sim ( ) Não

IV – Avaliação do Convênio com a SECULT

Qual a sua avaliação do Programa Cultura Viva / Pontos de Cultura?

( ) Péssima; ( ) Regular; ( ) Boa; ( ) Ótima

Por quê?

\_\_\_\_\_

---

---

Qual a sua avaliação do Convênio com a Secult-BA?

( ) Péssima; ( ) Regular; ( ) Boa; ( ) Ótima

Por quê?

---

---

---

Qual o valor mensal/anual/total repassado? \_\_\_\_\_

Ocorreu atraso no repasse de alguma parcela dos recursos? ( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

---

---

Em caso positivo, quantos meses de atraso em cada parcela? \_\_\_\_\_

Este atraso impactou nas atividades do Plano de Trabalho? ( ) Sim ( ) Não

De que forma este atraso impactou nas atividades do Plano de Trabalho?

---

---

---

O fato de terem sido aprovados na seleção dos Pontos de Cultura o(a) estimulou a concorrer em novos editais? ( ) sim ( ) não

Foram aprovados em mais algum edital da área cultural após torna-se Ponto de Cultura? ( ) Sim ( ) Não

Já havia trabalhado com recursos públicos antes do edital de Pontos de Cultura? ( ) sim ( ) não

Quais das alternativas abaixo considera que precisam ser melhoradas? (Marque quantas alternativas achar necessário)

( ) Comunicação entre os Pontos de Cultura e a Secult

( ) Reduzido número de funcionários da Secult para atender a este Programa

( ) Comunicação entre os Pontos de Cultura

( ) Modelo de Prestação de Contas

( ) Tempo (demora) do Repasse de Recursos pelo Estado

( ) Legislação que rege o Convênio

Quais suas sugestões e expectativas para a ação dos Pontos de Cultura?

---

---

---

---

## **ANEXO III – Questionário aplicado a gestora pública de 2012/2013**

### **Identificação do Entrevistado:**

- a) Nome do entrevistado:
  - b) Cargo/Função desempenhado:
  - c) E-mail:
  - d) Fone:
  - e) Período de atuação:
- 
1. Como o(a) Sr.(a) percebia, antes de assumir a pasta, o processo de implantação do programa mais cultura? Essa visão era baseada em que?
  2. Uma vez assumida a pasta o que mudou dessa sua compreensão?
  3. Quais as dificuldades que enfrentou na gestão do programa?
  4. Como se deu a evolução do quadro de servidores destinados à gestão da ação Pontos de Cultura na Bahia durante a sua gestão? E quais os avanços, retrocessos e desafios?
  5. Como percebe o papel do RTC junto aos Pontos?
  6. Em que medida a Bahia e o Brasil estão (ou estiveram) afinados/alinhamos no entendimento e na gestão do Programa Mais Cultura?
  7. Como analisa a dinâmica dos Pontos de Cultura na Bahia?
  8. Como avalia o processo de gestão do programa? Em qual medida às instituições estão preparadas para cumprir com os processos burocráticos e legais necessários a um convênio com o Estado? E como pensa que a Secult-BA pode atuar nessa dinâmica?